

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Relações Internacionais

Mateus Miotti Cunha

**A Geopolítica do Ártico no Século XXI: Análise Comparativa dos Objetivos e das
Perspectivas dos Atores Internacionais nas Águas e Terras Boreais**

São Bernardo do Campo - SP

2022

Mateus Miotti Cunha

A Geopolítica do Ártico no Século XXI: Análise Comparativa dos Objetivos e das
Perspectivas dos Atores Internacionais nas Águas e Terras Boreais

Trabalho de Conclusão de Curso do Bacharelado em
Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC

Orientador: Prof^a. Dra. Silvia Cristina Dotta

São Bernardo do Campo - SP

2022

Resumo

O aquecimento global e o derretimento das calotas de gelo colocaram o Ártico em evidência nas últimas décadas, mas nota-se que as discussões em torno dessa área geográfica não só vêm se tornando mais frequentes, como também mais diversificadas, passando a abranger questões como a exploração dos seus recursos naturais e a abertura de novas rotas marítimas, além da referida preocupação com a proteção ambiental. Portanto, o objetivo dessa pesquisa é identificar os diferentes atores presentes na região do Ártico, bem como seus respectivos interesses, tomando como base suas estratégias nacionais oficiais específicas sobre o assunto para proporcionar uma análise comparativa que indique convergências e divergências em suas visões. Para tal exercício, a geopolítica enquanto ferramenta de leitura da realidade do sistema internacional será empregada. A partir da compreensão mais ampla de quais instituições, temáticas e iniciativas estão envolvidas com o espaço geográfico polar setentrional no início do século XXI, pretende-se ainda destacar as principais direções para as quais a agenda ártica pode caminhar nas próximas décadas, assumindo como premissa a manutenção da ordem mundial vigente à época desse trabalho, caracterizada pela pluralidade de centros de poder capazes de influenciar a dinâmica internacional em seus vários âmbitos (político, econômico, social, cultural, ambiental).

Palavras-Chave

Ártico, geopolítica, recursos naturais, rotas marítimas, mudanças climáticas

Abstract

Global warming and the melting of ice caps have placed the Arctic into the spotlight in the last decades. It is noted though that the discussions around this geographical area not only are happening more frequently, but they are getting wider as well, spanning topics such as exploitation of natural resources and opening of new maritime routes on top of those environmental protection concerns. Therefore, the objective of this paper is to identify the different actors in the Arctic region nowadays and their respective interests in that location based on their own official national strategies on the matter, providing a comparative analysis that indicates convergences and divergences in their views. In this exercise, geopolitics will be used as a tool for reading the reality of the international system. Once it is reached a broader understanding of what institutions, themes and initiatives are related to the northern spaces at the start of the 21st century, it is intended to highlight the main directions that the Arctic agenda could head to in the next decades, assuming the maintenance of the current world order, characterized by the plurality of centers of power able to influence the international dynamics in various scopes (political, economical, social, cultural, environmental).

Key Words

Arctic, geopolitics, Alfred Thayer Mahan, international political actors, natural resources, maritime routes, climate change

Sumário

1. Introdução	5
2. Metodologia	8
3. O que é o Ártico?	9
3.1 Delimitações Geográficas, Climáticas e Físicas	9
3.2 Aspectos Ecológicos e Populacionais	11
3.3 Tratamento Jurídico da Região Ártica	12
4. Elementos de Geopolítica para a Compreensão das Estratégias Árticas	15
5. Principais Temas da Agenda Ártica e suas Repercussões na Política Internacional	18
5.1 Mudanças Climáticas	18
5.2 Abertura de Novas Rotas Marítimas	19
5.3 Exploração de Recursos Naturais	21
6. As Políticas Nacionais Árticas	24
6.1 Canadá	24
6.2 China	28
6.3 Dinamarca	33
6.4 Estados Unidos da América	37
6.5 Finlândia	42
6.6 Islândia	45
6.7 Noruega	47
6.8 Rússia	51
6.9 Suécia	56
7. Outros Atores Internacionais no Ártico	59
7.1 União Europeia	59
7.2 Organizações Não Governamentais Ambientais	60
7.3 Ângulos para a Atuação Brasileira na Região Boreal	61
8. Conclusão	64
9. Referências Bibliográficas	66

1. Introdução

Com a aceleração das mudanças climáticas e, principalmente, com a intensificação do aquecimento global, a região ártica passou a ganhar mais atenção internacional. A elevação das temperaturas no planeta pelo efeito estufa provoca o derretimento das calotas polares boreais em ritmo quatro vezes superior ao restante do globo como afirmam Callaghan e Savelle (2015) e, conseqüentemente, o aumento no nível dos mares, mudanças que ameaçam desregular ecossistemas e agravar as intempéries climáticas. Nesse sentido, o Ártico começou a ser visto como uma espécie de termômetro por toda a comunidade internacional. À medida que mais foco é dado para a zona ao norte do globo, mais descobertas sobre as possibilidades econômicas da área são realizadas, recrudescendo o seu valor estratégico.

Esse quadro é inédito, pois a região boreal costumava ser tratada pelas nações até os anos 1980 como um lugar valioso apenas pelo seu posicionamento geográfico, não pelo seu potencial físico em si como se observa atualmente. Nota-se ainda que as compreensões dos Estados com acesso ao território ártico eram extremamente fragmentadas antes da guinada proporcionada pela ênfase nas questões ambientais, não considerando a extensão integral da massa continental setentrional: em plena Guerra Fria, por exemplo, a Escandinávia evitava medidas expansionistas com receio das reações da vizinha União Soviética, restringindo-se a pequenas expedições nas ilhotas do Báltico; o Canadá adotava uma postura similar na Baía de Baffin; por fim, os soviéticos e os estadunidenses estavam imersos na disputa pela hegemonia mundial, voltando seus olhares timidamente para o Círculo Ártico e, quando o faziam, sempre com intenções de obter vantagens militares no deslocamento de submarinos e mísseis, tal como comentado por Kuersten (2015).

Tal histórico levou à percepção com forte adesão até os dias atuais de que o Ártico é um dos poucos locais livres de confronto, cuja jurisdição é responsabilidade da humanidade, não de países determinados. Essa interpretação foi inclusive o fundamento da elaboração dos acordos que estipulam internacionalmente os direitos, os deveres e os limites de comportamento dos Estados na fração boreal. Embora alguns autores aleguem que a corrida para o controle das terras árticas já está em curso, a ideia de que a zona não é objeto de contestações geopolíticas (pelo menos por enquanto) se sustenta, uma vez que os referidos documentos jurídicos vêm sendo capazes de resolver as reivindicações pontuais que surgiram nos últimos anos. Além disso, os recursos naturais já encontrados estão dentro das fronteiras

reconhecidas, não abrindo margem para tentativas externas de apropriação (KUERSTEN, 2015).

Este trabalho busca apresentar que a tendência da pauta conservacionista receber mais relevância no curto/médio prazo e as novas oportunidades comerciais que surgem em decorrência das oportunidades oferecidas pelo Ártico estão levando os países a publicarem estratégias para orientar os seus interesses nesse espaço; o que pode ser alvo de controvérsias conforme as perspectivas de cada nação dialogam ou contrastam entre si. As proximidades e as distâncias dessas políticas são, assim, aspectos indispensáveis para entender as movimentações de cada Estado no que tange à agenda ártica, que deve crescer em importância junto com os debates globais sobre o meio ambiente. O aproveitamento econômico do Ártico também está cada vez mais perto de ser viabilizado, abrindo as portas em breve para novas rotas marítimas, desenvolvimento de usinas hidroelétricas e geotermiais, instalação de *data centers* e de cabeamento submarino de telecomunicações, dentre outras linhas de negócio que podem atrair vultosos investimentos para uma extensão territorial que ainda carece de definições sobre o uso que dela se pretende ter como atenta Borgerson (2013).

O prognóstico acima vai de encontro aos códigos que ordenam as plataformas boreais nesse momento por não preverem empresas particulares beneficiando-se delas e pode ser um dos motivos pelos quais os governos adjacentes à faixa ártica estão se antecipando a uma eventual competição pela soberania da área ao afirmarem abertamente a sua visão de futuro para ela, algo que não faziam até a década de 1990. Demais atores com vínculos ao Ártico, tais como órgãos multilaterais, organizações não governamentais de cunho ambientalista e associações de povos indígenas nativos, estão acompanhando essa troca de mentalidade e divulgando os seus posicionamentos, que ora guardam afinidade, ora guardam discrepância com os projetos nacionais (BORGERSO, 2013).

Apesar de um conflito não estar acontecendo de forma explícita, é evidente que as abordagens dos atores estatais para com as áreas árticas não são mais as mesmas, o que significa que um cenário de alianças e oposições ideológicas pode estar sendo lentamente preparado para contenciosos ainda por vir e que, quando eclodirem, provavelmente exigirão que os conceitos que regem o tratamento das águas e das terras setentrionais sejam radicalmente repensados. Nesse diapasão, a análise do *framework* dos planos e pareceres anunciados mais recentemente pelos principais agentes interessados no Ártico, à luz dos elementos geopolíticos que podem representar a lógica por trás das atitudes em direção à

região ao longo do século XXI e assumindo que nenhuma ruptura sensível na ordem multipolar válida à época desse texto ocorra, é um exercício propício para que se apreenda possíveis discórdias antes que venham às vias de fato.

O propósito desta monografia é preencher essa lacuna ao elencar e descrever as concordâncias e discordâncias entre os programas das partes interessadas boreais, incluindo a indicação de ângulos para o posicionamento do Brasil no cenário. Secundariamente, espera-se que essa comparação possa servir como base para avaliar como tais múltiplas leituras interagem na prática nos tópicos mais reiterados na agenda ártica, quais sejam a proteção ambiental, a exploração dos recursos naturais e a abertura para fluxos marítimos.

Estruturalmente, o trabalho divide-se em cinco seções: (1) O que é o Ártico?, na qual a região ártica será brevemente descrita; (2) Elementos de Geopolítica para a Compreensão das Estratégias Árticas, na qual será introduzida a visão geopolítica de Mahan como chave de leitura para as questões geopolíticas boreais; (3) Principais Temas da Agenda Ártica e suas Repercussões na Política Internacional, na qual são detalhados eixos transversais das estratégias oficiais divulgadas por cada país; (4) As Políticas Nacionais Árticas, na qual aprofunda-se a análise dos projetos dos principais Estados com atuação na faixa polar setentrional; e (5) Outros Atores Internacionais Presentes no Ártico, na qual serão explorados outros sujeitos internacionais não contemplados no setor anterior, tais como organizações multilaterais, ONGs e o próprio Brasil por não ter um documento que oriente em específico os seus posicionamentos boreais.

2. Metodologia

Uma vez que o objetivo primordial da pesquisa é identificar os diferentes atores internacionais presentes no Ártico e seus respectivos interesses, a consulta de literatura especializada, como políticas e estratégias para a região publicadas pelos governos dos países árticos (Canadá, Dinamarca, EUA, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia), é essencial. Em complemento a tais fontes, tenciona-se realizar exames bibliográficos em livros, artigos e noticiários para enriquecer as noções sobre as reais intenções de cada parte interessada na porção setentrional do planeta. Como o trabalho será inclinado para a atualidade e a visão de futuro que cada parte tem para a zona ártica, materiais das décadas de 2000 e 2010 serão os mais utilizados, mas haverá momentos de recuperação cronológica em que é imprescindível o contato com textos anteriores e de cunho histórico. Ademais, destaca-se que elementos do estudo comparativo também serão empregados ao longo do processo de investigação para facilitar a detecção de convergências e divergências entre as agendas dos Estados e demais entidades que serão analisadas.

3. O que é o Ártico?

Tenciona-se nessa seção retratar panoramicamente o Ártico, dado que esse é o local que corresponde ao objeto de pesquisa do trabalho. Serão pontos de discussão a definição fronteiriça da zona ártica, suas características climáticas e físicas gerais, sua composição ecológica e, por fim, o seu tratamento legal perante a comunidade internacional. Com isso, espera-se alcançar uma contextualização espacial mínima para os blocos subsequentes de análise.

3.1 Delimitações Geográficas, Climáticas e Físicas

O Ártico possui muitas definições, variando conforme os interesses de quem as elabora. A fronteira geográfica mais aceita para a região é o Círculo Ártico, que marca a latitude norte onde o Sol não se eleva acima do horizonte por pelo menos um dia no solstício de inverno, por volta de 21 de dezembro, e onde há pelo menos um dia de sol ininterrupto no solstício de verão, por volta de 21 de junho, segundo a explicação de Myers (2015). O Conselho Ártico, organização intergovernamental focada nos territórios boreais, reconhece esse marco ao declarar que “os oito Estados árticos são Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, a Federação Russa, Suécia e os Estados Unidos da América” (CONSELHO ÁRTICO, 1996, p. 2, tradução nossa), ou seja, todos os países com áreas ao norte do Círculo Ártico.

As principais explicações concorrentes baseiam-se no fato de que os seres vivos que habitam a zona ártica não dependem somente da luz para existir. O clima desempenha um papel fundamental, por isso a predileção em tomar a isoterma 10 °C de julho como referência. Essa linha indica a área na qual a temperatura média no mês de julho, quando é inverno no hemisfério norte, não excede os 10 °C no nível do mar, praticamente coincidindo com o limite da cobertura florestal do planeta, que separa a concentração de coníferas típica da taiga e a escassez da flora e do uso do solo característicos da tundra ártica, como indicado em Callaghan e Savelle (2015). Se os mares forem considerados, a divisão normalmente é feita onde a água doce fria do Oceano Ártico, advinda dos degelos, junta-se à água salina e quente do Oceano Atlântico. A Corrente do Golfo ao longo da costa norueguesa leva as águas atlânticas mais ao norte (80° N) do que se observa, por exemplo, na Groenlândia ou no

Canadá (65° N), o que faz com que os trechos limítrofes do Ártico não sejam uniformes nessa abordagem marinha (JAKLIN, 2022). A figura 1 sobrepõe as divisórias citadas para ilustrar o seu impacto no tamanho da área que denominam como pertencente ao Ártico.

Além das múltiplas interpretações geográficas, alguns Estados árticos trabalham com delimitações próprias de acordo com os seus objetivos individuais. A Islândia, que busca se projetar como um país ártico costeiro, opta por uma definição mais ampla, abrangendo não só o Polo Norte por completo, como também o Atlântico Norte, que não costuma ser englobado como águas boreais (ISLÂNDIA, 2021). A Noruega já orientou a sua estratégia em torno do *High North*, composto pelo espaço interno ao Círculo Ártico e que “em termos políticos, inclui as entidades administrativas na Noruega, Suécia, Finlândia e Rússia que fazem parte do Conselho Euro-Ártico de Barents” (NORUEGA, 2020, p. 7, tradução nossa). Apesar das especificidades de certas nações árticas, a participação de todas elas como membros do Conselho Ártico ratifica o entendimento convencional de que o Círculo Ártico é a faixa divisória do setor boreal.

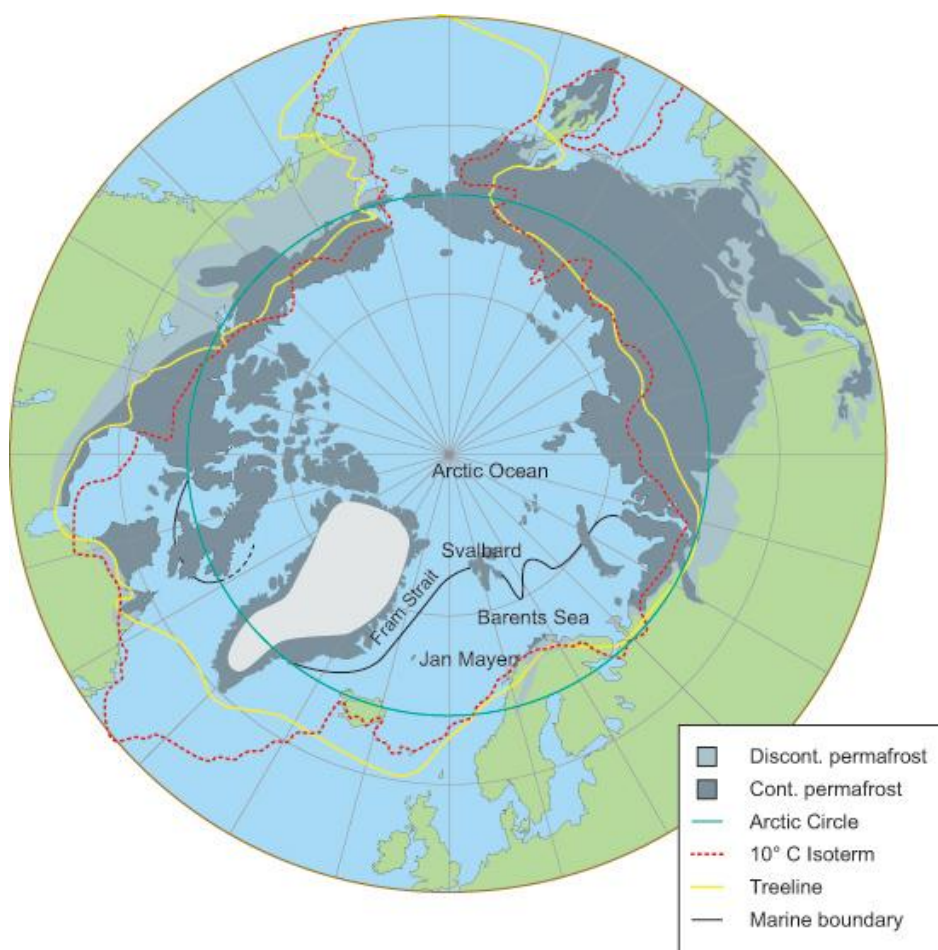


Figura 1. Delimitações geográficas da região ártica (JAKLIN, 2022)

Com tal limite em mente, a maior parte do Ártico corresponde ao Oceano Ártico e a ambientes de água doce, como aquíferos, rios, lagos e estuários, conforme Gibbens (2019). No entanto, por conta das baixas temperaturas pela reduzida exposição solar, as águas e as terras são intensamente influenciadas pelo gelo e pela neve, gerando assim uma criosfera que é característica da paisagem ártica. No pico do inverno, a neve terrestre cobre cerca de 92% do território ártico e provoca efeitos na circulação atmosférica que são sentidos no globo inteiro (EDU ARCTIC, 2022). A água do mar também congela nesse período, formando camadas de gelo marinho que podem ter de centímetros a metros de espessura. Como explicado em Gibbens (2019), o gelo marinho restringe as trocas de calor e umidade entre o oceano e a atmosfera, o que traz equilíbrio térmico para a Terra por meio do aquecimento natural sazonal.

Dentre os outros componentes criosféricos que podem ser encontrados no Ártico, destacam-se: (i) as geleiras, massas de gelo acumuladas na terra como resultado de sucessivas precipitações de neve e que armazenam expressiva quantidade de água doce do planeta; (ii) o permafrost ou solo permanentemente congelado, cuja extensão é parâmetro para o traçado da região ártica segundo algumas leituras; (iii) os mantos de gelo, blocos de gelo de proporções continentais que flutuam em direção ao oceano; (iv) as plataformas de gelo, marcadas pelo contato dos mantos de gelo e das geleiras com o oceano; e (v) os icebergs, pedaços de geleiras e plataformas de gelo que se rompem e ficam isolados à deriva no oceano (EDU ARCTIC, 2022).

3.2 Aspectos Ecológicos e Populacionais

Os ecossistemas polares resistem a condições ambientais extremas, como temperaturas frequentemente abaixo de 0 °C, oscilações na incidência de luz solar ao longo do ano, espaços revestidos de neve e gelo, etc. Esses fatores afetam a produtividade, a diversificação das espécies, o comportamento animal e a estruturação das cadeias alimentares nos contextos árticos e subárticos. Mesmo diante de tal sensibilidade devido ao estresse ambiental a que naturalmente estão sujeitos, o Ártico é lar de mamíferos terrestres e marinhos (renas, ursos-polares, raposas e lobos para citar alguns), peixes, roedores, aves e da tundra, um bioma particular onde predominam arbustos e gramíneas (EDU ARCTIC, 2022). Isso o torna

consideravelmente diverso da Antártica, cujos únicos animais terrestres são representados por uma espécie de mosca (CALLAGHAN; SAVELA, 2015).

Há dezenas de populações indígenas que também habitam as terras boreais, dependendo da caça, pesca e coleta para sobreviver. Suas culturas estão intrinsecamente conectadas ao Ártico, fragilizando-se no mesmo ritmo em que aumentam as preocupações com o futuro da região em decorrência do aquecimento global e dos novos projetos que os Estados anunciam para aproveitar o potencial econômico ainda pouco explorado da zona ártica. Soma-se a isso o risco de aculturação e assimilação mútua como consequência das migrações que os países estão promovendo em um esforço para povoar as suas possessões mais próximas dos territórios árticos, como atentado por Larsen e Fondahl (2014). Como tentativa de resposta a tais ameaças, as comunidades nativas passaram a criar organizações que dão visibilidade internacional às petições pela manutenção dos seus padrões tradicionais de vida. A presença humana no Ártico é, portanto, um elemento crucial a ser ponderado na análise dos interesses e perspectivas de cada Estado atuante na porção boreal.

3.3 Tratamento Jurídico da Região Ártica

Até 2022, ano desse trabalho, a sociedade internacional não redigiu um tratado específico versando sobre o Ártico, ao contrário da Antártica que é objeto de um instrumento legal próprio desde os anos 1960. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), assinada em 1982 em Montego Bay, Jamaica, e aprovada em 1994, é o documento que serve como guia geral para a governança ártica ao estipular mundialmente os limites das jurisdições marítimas dos Estados costeiros em algumas classificações: águas territoriais, Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) e plataformas continentais, todas calculadas a partir de linhas de base no litoral dos países. Porém, segundo Rodríguez (2019), diante das contestações territoriais, o mapeamento dos direitos de exploração na região boreal é uma tarefa árdua, deparando-se com casos em que mais de uma nação reivindica a soberania sobre um espaço, seja a partir de expansões do seu território que por si só já são dúbias, seja aproveitando-se de artigos da UNCLOS que são ambíguos em sua interpretação.

O Conselho Ártico é o fórum de alto nível para a cooperação dos países que são atravessados pelo Círculo Ártico. Cinco dos seus oito membros, quais sejam o Canadá, a Dinamarca, os EUA, a Noruega e a Rússia, conhecidos como *Arctic Five* por terem litoral

boreal, reuniram-se em uma conferência em Ilulissat, na Groenlândia, em maio de 2008 para debater os impactos das mudanças climáticas, os possíveis usos do Oceano Ártico, as medidas necessárias para a proteção e a preservação marinha e a atribuição das responsabilidades de cada Estado para com o ambiente ártico. Ao final do encontro, foi publicada a Declaração de Ilulissat, que confirmou o status da UNCLOS como instrumento regulatório central do Ártico. A Finlândia, a Islândia e a Suécia, os outros três membros do Conselho Ártico, não endossam a Declaração porque não estão envolvidas em disputas árticas e não receberam um convite para participar do evento (CANADÁ *et al.*, 2008). As populações indígenas nativas sequer foram consultadas durante a preparação do texto, cujo conteúdo ignora o direito tradicional de tais povos aos territórios pleiteados pelos Estados, sendo assim rejeitado pelas organizações defensoras das comunidades locais.

O artigo mais polêmico da UNCLOS no que diz respeito à questão ártica é a criação da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), descrita no artigo 55 como “uma zona situada além do mar territorial e a este adjacente” (BRASIL, 1990). Nessa área, segundo o artigo 56, o Estado costeiro tem:

- a) direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais, vivos ou não vivos das águas sobrejacentes ao leito do mar, do leito do mar e seu subsolo, e no que se refere a outras atividades com vista à exploração e aproveitamento da zona para fins econômicos, como a produção de energia a partir da água, das correntes e dos ventos;
- (...)
- c) jurisdição, de conformidade com as disposições pertinentes da presente Convenção, no que se refere a:
 - i. colocação e utilização de ilhas artificiais, instalações e estruturas;
 - ii. investigação científica marinha;
 - iii. proteção e preservação do meio marinho (BRASIL, 1990, art. 56).

Tais regras concessórias de monopólio de uso econômico e comercial fazem com que as ZEEs sejam extensões bastante preteridas pelos Estados. Sua demarcação é estabelecida no artigo 57, que prevê que a “zona econômica exclusiva não se estenderá além de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial” (BRASIL, 1990). Quando as costas de dois Estados não permitem que ambos tenham ZEEs sem justaposição, cabe às próprias nações decidirem a partilha, cenário no qual tensões podem

aparecer. Além disso, o artigo 76 da UNCLOS abre brechas para alargamentos das plataformas continentais em até 350 milhas marítimas das linhas de base desde que o pedido ocorra junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental em até 10 anos contados da entrada em vigor da Convenção nos dispositivos jurídicos de cada Estado costeiro, dando maior margem para eventuais brigas pelos direitos de exploração dos recursos oceânicos (BRASIL, 1990).

Outro desdobramento crítico da Declaração de Ilulissat autenticando a UNCLOS como regulamento do Oceano Ártico é que os EUA não reconhecem a Convenção diretamente, não estando então subordinados às restrições que os países signatários tanto da Declaração, quanto da UNCLOS (Canadá, Dinamarca, Noruega e Rússia) enfrentam, como apontado por Ebinger e Zambetakis (2009). As desavenças nas águas e terras boreais vêm sendo resolvidas amistosamente, mas, à medida que o Ártico cresce em importância estratégica e os Estados adotam posturas mais arrojadas, vide figura 2, pontos díspares na estrutura jurídica que normatiza a região ártica como esses apontados acima poderão ser as origens de alterações mais hostis.

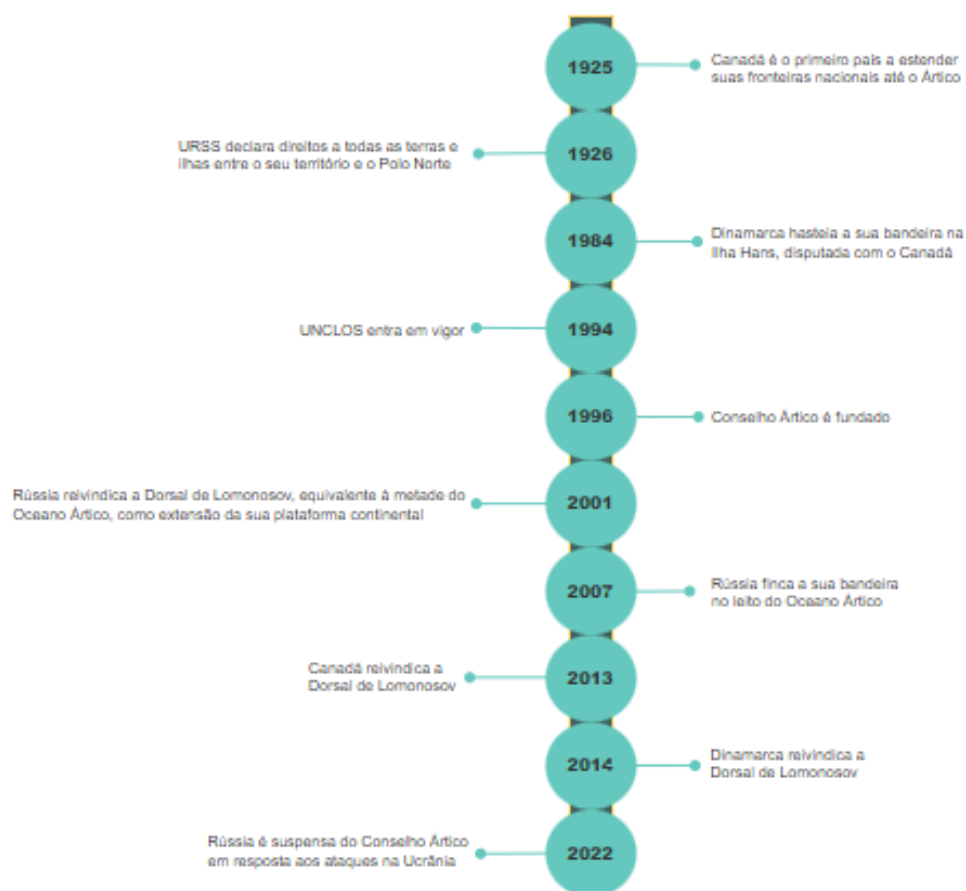


Figura 2. Linha do tempo com os principais eventos geopolíticos no Ártico (produção própria)

4. Elementos de Geopolítica para a Compreensão das Estratégias Árticas

Conforme Rosa (2021), a palavra “geopolítica” denomina a interpretação das relações, harmoniosas ou conflituosas, que são estabelecidas entre os sujeitos internacionais, principalmente os países, a partir das condições físico-geográficas dos espaços que ocupam. A relação entre os aspectos físicos de um território, os efeitos que exercem a nível doméstico e as suas respectivas influências nas condutas dos Estados com os seus semelhantes é o cerne do pensamento geopolítico, estigmatizado na historiografia pela associação com as ideologias racistas do nazifascismo durante a Segunda Guerra Mundial, como explica Costa (1992). Embora ainda carregue consigo uma carga pejorativa, a geopolítica enquanto área de estudo evoluiu velozmente, ramificando-se, dentre outros, nos defensores do controle da massa terrestre eurasiática como meio de exercer hegemonia, inspirados pelos escritos de Halford Mackinder, e os adeptos das teorias sobre o poder marítimo como ferramenta primordial para tal, como detalhado em Costa (1992). Um dos pioneiros dessa segunda linha de raciocínio foi Alfred Thayer Mahan, cuja obra *The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783* desencadeou uma corrente de pesquisa que atualmente acredita que o Ártico, por ser centrado em um oceano rico em recursos naturais e com a perspectiva de abertura de novas rotas marítimas facilmente acessíveis para potências da ordem mundial, cada vez mais será palco de movimentações geopolíticas.

A visão de Mahan toma a talassocracia (do grego para “governo do mar”) como conceito estratégico, valorizando a capacidade bélica naval, que assegura a habilidade de controlar os mares para fins comerciais, como vantagem competitiva na luta pela hegemonia do sistema internacional. O poder marítimo para o intelectual estadunidense não é resumido tão somente à capacidade de dano que as frotas de um Estado conseguem infligir. Como propõe Tosta (1984), trata-se na verdade do grau de autoridade que uma nação impõe sobre as demais, condicionando suas posturas com base na dimensão do seu poderio marítimo, articulador de dinâmicas econômicas, ferramenta militar *per se* e organizador de forças aéreas e terrestres complementares.

O uso geopolítico dos mares foi uma inovação da compreensão mahaniana, que identificou, no mínimo, três interesses no enfoque marítimo para um país. Em primeiro lugar, a projeção de poder pela beligerância, permitindo escolher quem navega e quem é privado de aceder aos oceanos, é uma tática ofensiva eficaz que colabora para o fortalecimento do peso

do Estado dominante perante o restante da comunidade internacional. A recíproca também é verdadeira, isto é, aperfeiçoar os destacamentos náuticos é uma forma de defesa que mantém a soberania e a ordem, protege as riquezas naturais da expropriação e, de certo modo, favorece a paz, ainda que alicerçada no temor às retaliações navais que uma nação pode desferir contra outras. Uma terceira serventia, de acordo com Almeida (2010), é exatamente esse viés diplomático que as embarcações possuem, singrando os oceanos sob a bandeira de um Estado para recrudescer o prestígio da sua pátria, dilatar o raio de influência nacional e ser veículo da liderança em áreas que não haviam sido antes alcançadas. Segundo Mahan:

A palavra “defesa” na guerra envolve duas ideias, que precisam ser separadas em nome da precisão no pensamento. Há a defesa pura e simples, em que fortalece-se e espera-se pelo ataque. Pode-se chamá-la de defesa passiva. Por outro lado, há uma visão da defesa que afirma que a segurança para si mesmo, o real objeto da preparação defensiva, é melhor assegurada atacando-se o inimigo. No que toca à defesa marítima-litorânea, o primeiro método é exemplificado pelas fortificações estacionárias, minas submarinas e todos os mecanismos imóveis destinados simplesmente a parar um inimigo se ele tentar invadir. O segundo método compreende todos os meios e armas que não esperam pelo ataque, mas que vão ao encontro da frota inimiga, quer ela esteja a poucas milhas, quer em suas próprias águas. Tal defesa pode parecer, na verdade, uma guerra ofensiva, mas não é; ela torna-se ofensiva apenas quando o seu objeto de ataque é trocado da frota inimiga para o país inimigo (MAHAN, 1890, p. 87, tradução nossa).

Ao longo de grande parte da história das civilizações ocidentais, o ambiente oceânico esteve associado fundamentalmente aos âmbitos militar e comercial, sendo o espaço no qual as sociedades travavam embates para garantir o transporte de bens, a capilaridade dos mercados consumidores e a diversificação dos gêneros disponíveis para trocas. Triunfaram nesses confrontos os povos que melhor tiraram proveito da sua vocação naval, posição/conformidade geográfica e coerência do interesse nacional, transformando-se em centros hegemônicos de poder, argumento que Mahan (1890) expõe para sustentar a sua teoria de que o sucesso marítimo equivaleria ao sucesso político-econômico em magnitude mundial.

Na época moderna, as funções econômicas, militares e securitárias dos Estados no mar ficaram mais complexas e plurais, indo além da mobilidade e da pescaria para abranger a obtenção de combustíveis fósseis e não-fósseis, a extração de recursos submarinos, o uso do potencial hidrelétrico da energia das ondas, correntes e marés, a aquicultura, o turismo

costeiro, dentre outras atividades. Os mares assumiram importância crítica na subsistência por causa do aumento populacional e das limitações terrestres para produzir alimentos para todos. A comunicação depende em boa medida dos oceanos, já que a transmissão de mensagens e sinal de internet é viabilizada por uma rede de cabos submarinos espalhados pelo globo (HEININEN; TRISCOTT, 2011). Tais exemplos revelam como a ideia de Mahan de que o contexto marítimo é o núcleo do sistema internacional é respaldada pelo que se observa na prática, sugerindo que as previsões de os oceanos terem o seu controle intensamente disputado, sobretudo quando as suas aptidões econômicas foram pouco exploradas como é o caso do Ártico, podem se concretizar.

Na busca para se antecipar a corridas geopolíticas, o direito internacional marítimo vem avançando a passos largos nas últimas décadas. A UNCLOS é o símbolo máximo desse empenho, embora demonstre vulnerabilidades pela falta de clareza em alguns dos seus artigos, como visto anteriormente na questão do traçado das diferentes zonas marítimas, e pela própria não-aceitação de tal convenção na íntegra por países que protagonizam contendas, como os EUA. A liberdade de comportamento dos Estados em alto-mar, mesmo que haja um conjunto de códigos internacionais firmando restrições, é maior quando comparada à superfície terrestre e, dado que as rivalidades boreais não degingolaram em agressões até agora, o estímulo para construir de fato dispositivos legais que orientem e penalizem as atitudes navais não acompanha o ritmo de escalada das apreensões, motivadas por interesses incompatíveis dos Estados no que tange ao futuro do Ártico. Essa conjuntura delicada requer um exame aprofundado das estratégias oficiais dos principais atores presentes ao norte do Círculo Ártico para que as divergências entre os seus programas sejam identificadas e eventuais conciliações possam ser propostas antes de investidas ocorrerem justamente em uma zona que carece de um rígido arcabouço jurídico no tabuleiro internacional.

5. Principais Temas da Agenda Ártica e suas Repercussões na Política Internacional

A análise dos diferentes projetos para a região ártica demonstra a transversalidade de certas temáticas, que aparecem com frequência nas estratégias e posicionamentos de cada ator, variando conforme os interesses particulares. Antes de abordar as especificidades presentes nas visões dos principais Estados e órgãos internacionais dedicados à região boreal, pretende-se apresentar brevemente nesta seção quais são os assuntos comuns a elas. Espera-se que isso permita uma melhor compreensão das perspectivas próprias dos países ou instituições ao fornecer uma contextualização dos tópicos *per se*, excluindo-se aspectos de cada nação ou organismo multilateral que possam enviesar a interpretação de tais pautas.

5.1 Mudanças Climáticas

As mudanças climáticas têm exercido grande influência no ambiente de todo o planeta, sendo o aumento das temperaturas um dos efeitos mais visíveis. O Ártico aparece com frequência nas discussões internacionais sobre o aquecimento global porque os impactos de tal fenômeno são bastante intensos nessa zona do planeta. Em geral, os cientistas concordam que a elevação das temperaturas atmosféricas deve continuar nos próximos anos e que isso afetará significativamente a cobertura de gelo na região ártica, já derretendo quatro vezes mais rápido do que outras porções do globo, como indicam Callaghan e Savela (2015). Ainda segundo Callaghan e Savela (2015), muitos pesquisadores até acreditam que a aceleração do derretimento do gelo marinho nas últimas décadas pode ser atribuída tanto a causas humanas, como naturais. O gelo e a neve, por serem claros, possuem um alto albedo, a medida de quanto um objeto ou superfície consegue refletir a luz de fontes como o Sol. A água no estado líquido é mais escura e, portanto, possui um albedo menor, absorvendo mais radiação solar. Isso cria uma condição conhecida como “loop de feedback positivo” e, como consequência, a área boreal essencialmente amplifica qualquer tendência de aquecimento, como explicam Callaghan e Savela (2015). O oceano cresce em extensão quando há degelo, retendo mais calor e provocando a liquefação de novos trechos da criosfera, um ciclo que, no cenário extremo, pode reduzir irreversivelmente o tamanho e a espessura do gelo marinho, composto por água salgada e, assim, distinto das geleiras formadas pelo acúmulo de água doce precipitada como neve. No atual ritmo de expansão das águas, viagens trans-árticas

podem ser viáveis nos próximos dez anos, embora seja muito difícil fazer previsões nesse sentido, como reforçado em Borgerson (2008).

Fato é que o gelo ártico está derretendo em uma velocidade acima da projeção original da comunidade científica. O Arctic Climate Impact Assessment, relatório escrito em 2004 a pedido do Conselho Ártico e do International Arctic Science Committee e considerado uma referência fundamental nos estudos voltados para a faixa boreal, apontava que a Passagem do Noroeste, estreito que conecta os oceanos Atlântico e Pacífico, estaria navegável por volta de 2020, como sinalizam Kattsov e Källén (2005), mas o gelo desapareceu integralmente já em 2007 pela primeira vez que se tem registro (NASA EARTH OBSERVATORY, 2007). A Rota do Mar do Norte, uma passagem marítima similar ao longo da costa da Sibéria, bloqueada por uma imensa massa de gelo, foi transposta no auge do inverno ineditamente por um navio comercial em 2021 (LOMBRANA, 2021), feito que só foi possível pelas rápidas transformações nas dinâmicas físicas do Ártico, antes mesmo do que as observações e modelos geometeorológicos presumiam.

Os impactos das ações antropogênicas seguirão influenciando a conformação geográfica boreal, pelo menos no curto/médio prazo. Na linha de análise de Mahan, uma vez que a geografia condiciona espacialmente o poder político como pontua Tosta (1984), a luta das sociedades para controlar o Ártico e exercer autoridade em suas águas e terras deve se intensificar à medida que os efeitos do aquecimento global descortinam novas possibilidades de atuação na região. As modificações em decorrência dos fatores ambientais não se limitarão assim às paisagens, incluindo também eventuais disputas entre os Estados para governar a zona ártica, até então pouco sujeita a conflitos geopolíticos, que podem reconfigurá-la sob os pontos de vista econômico, jurídico, populacional, estratégico, securitário, dentre outros.

5.2 Abertura de Novas Rotas Marítimas

As rotas marítimas setentrionais, liberadas pelo derretimento criosférico no Ártico, representam vantagens político-econômicas pela grande redução de custos que ofereceriam para os mercados globais. No entanto, o transporte nessa região traz consigo riscos específicos. A Passagem do Noroeste e a Rota do Mar do Norte, destacadas na figura 3, são atraentes para o comércio internacional porque diminuiriam a distância e o tempo das viagens atuais entre os oceanos Atlântico e Pacífico. O trajeto entre Roterdã, o maior porto da Europa,

e Yokohama, portão para o Leste Asiático, atravessando o Canal de Suez, se estende por cerca de 11.200 milhas náuticas. A Rota do Mar do Norte encurtaria o percurso para 6.500 milhas náuticas, quase 40% a menos em deslocamento. Analogamente, a Passagem do Noroeste faria com que o itinerário entre Seattle, no extremo norte da costa pacífica dos EUA, e Roterdã fosse de 2.000 milhas náuticas, 25% menor que o caminho através do Canal do Panamá, como indica Borgerson (2008). Isso sem mencionar a expectativa de que a Rota Marítima Transpolar, um roteiro mais ágil porque corta diretamente o Polo Norte, esteja navegável em meados do século XXI, tendo os estreitos de Bering e Fram como os seus pontos de apoio (BENNETT *et al.*, 2020)

Os preços no mundo todo também seriam profundamente alterados como resultado do degelo ártico. Considerando as tarifas cobradas nos canais, gastos com combustível e demais variáveis que determinam as taxas de frete, Furuichi e Otsuka (2013) estimam que os atalhos boreais poderiam baratear em até 20% o custo total por viagem de um navio porta-contêineres médio. A economia seria superior para os meganavios que não conseguem cruzar o Canal do Panamá ou o Canal de Suez e que, logo, precisam dar a volta pelo Cabo da Boa Esperança ou pelo Cabo Horn para não encalhar e desencadear transtornos logísticos como o Ever Given gerou em 2021 ao bloquear acidentalmente o tráfego em Suez por quase quatro meses (YEE; GLANZ, 2021). As rotas árticas evitariam ainda a navegação próxima aos países politicamente instáveis do Oriente Médio e nas águas assoladas por piratas na costa da Somália e no Mar do Sul da China, como ressalta Borgerson (2008).

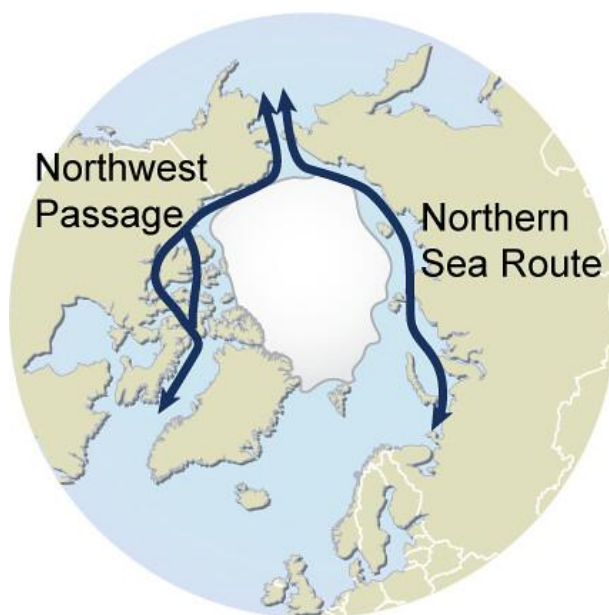


Figura 3. Mapa do Ártico indicando a Passagem do Noroeste e a Rota do Mar do Norte (AHLENIUS, 2016)

Tal conjunto de benefícios vem levando líderes políticos e parte da comunidade acadêmica de relações internacionais a reavaliar o valor do Ártico, um processo inerentemente geopolítico. Conforme Rosa (2021), a teoria geopolítica parte do conceito de que o mundo é ativamente “espacializado”, dividido, rotulado e organizado em uma fluida hierarquia de lugares de acordo com a sua respectiva importância. Os Estados então expressam as suas soberanias impondo direitos de propriedade sobre as áreas relevantes. Quanto mais os países conhecem o potencial do território boreal, cujo caráter é essencialmente marítimo e assim muito estratégico na linha teórica defendida por Mahan, mais motivados ficam em adquirir poder nesse local. O interesse no Ártico é contido pelos obstáculos ao pleno usufruto das suas oportunidades comerciais. O gelo cobre o polo setentrional no inverno e há blocos espessos de mantos e plataformas de gelo que resistem por enquanto às temperaturas cada vez mais quentes, elementos que impedem a locomoção em todos os trechos desejados durante o ano inteiro, como destacam Furuichi e Otsuka (2013).

Soma-se a isso a atenção redobrada que é necessária para as embarcações que transitam pela faixa ártica, pois o choque com porções de gelo pode ocasionar acidentes. Para percorrer as perigosas vias marítimas que são gradualmente abertas, os principais estaleiros estão investindo na fortificação dos cascos dos navios (BORGERSON, 2013). Os ganhos que a Rota do Mar do Norte e a Passagem do Noroeste simbolizam são estímulos por si só ao desenvolvimento da tecnologia naval, o que reorienta, resgata ou reprioriza o perfil marítimo dos Estados nos termos mahanianos. Os países que saírem na frente na corrida pelo aperfeiçoamento das suas frotas para conseguir navegar de forma consistente e segura nas águas boreais são aqueles que provavelmente dominarão o Ártico nas próximas décadas, uma vez que serão os pioneiros em seu aproveitamento.

5.3 Exploração de Recursos Naturais

Se não houvesse gelo revestindo a superfície do Oceano Ártico, rotas marítimas mais acessíveis não seriam seu único apelo econômico. Há recursos naturais que podem ser extraídos no futuro se a infraestrutura e a tecnologia apropriadas forem desenvolvidas. A descoberta desses recursos chamou a atenção da comunidade internacional como um todo para a região, já que o Ártico pode se tornar a próxima fronteira energética, como anuncia Borgerson (2013). Acredita-se que cerca de 22% das jazidas de hidrocarbonetos não

descobertas e tecnicamente recuperáveis do mundo estejam sob as águas árticas (GAUTIER *et al.*, 2009). A classificação como “não descoberto” é atribuída aos depósitos que não foram medidos ou identificados inteiramente, mas que são comprovados por algum grau de certeza geológica (GAUTIER *et al.*, 2009); já a categoria de “tecnicamente recuperável” refere-se aos recursos que poderiam ser obtidos com adaptações às práticas industriais existentes (GAUTIER *et al.*, 2009).

O governo estadunidense calcula que 90 bilhões de barris de petróleo e vastos estoques de gás natural estejam acima do Círculo Ártico, quantidade que seria suficiente para suprir a demanda global atual por aproximadamente três anos (GAUTIER *et al.*, 2009). Diante das grandes margens de lucro que essas cifras exprimem, os países também competem no Ártico pelo monopólio da prospecção petrolífera em áreas que antes eram descartadas pelas dificuldades em alcançá-las. A volatilidade dos preços dos combustíveis colabora para o peso geopolítico da zona ártica enquanto detentora de reservas intocadas de óleo e gás. A perspectiva de quebrar a dependência em relação às nações árabes, decisórias no mercado de petróleo por serem lar da maioria das jazidas que o abastecem, encoraja sobretudo os Estados árticos a buscarem modos de viabilizar a atividade extrativista em sua vizinhança setentrional.

Embora avanços no seu mapeamento estejam acontecendo, as localizações exatas dos recursos naturais do Ártico ainda não são conhecidas. Os estudos geológicos de Gautier *et al.* (2019) mostram que 84% das reservas ficam em águas profundas, sendo um terço na costa do Alasca e dois terços perto de províncias russas, conectando-se com a Bacia Ocidental Siberiana e a Bacia Oriental de Barents. Os EUA iniciaram as pesquisas de dimensionamento de tais jazidas para pleiteá-las e nações como Rússia, Canadá e China fizeram o mesmo em sequência. Isso porque os limites imprecisos dos territórios boreais tornam ambígua a questão da posse dos hidrocarbonetos offshore, especialmente se forem encontrados em zonas que não são consideradas águas territoriais unanimemente aceitas pelos demais Estados conforme estipula a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS), código jurídico internacional vigente para as controvérsias árticas. A falta de certeza na posição geográfica dos depósitos e o atrativo potencial econômico atrelado a eles contribuem para as tensões na região.

Além do petróleo e do gás natural, metais valiosos podem ser achados no leito do Oceano Ártico em estruturas incomuns denominadas nódulos de manganês. Tais nódulos são “acrecções esféricas de manganês, cobalto, cobre e níquel que se precipitam nas profundezas

dos mares quando metais dissolvidos da crosta terrestre entram em contato com as águas frias do oceano” (CARROLL, 2008, tradução nossa). Ainda segundo Carroll (2008), a extração mineral dessas formações é desafiadora, tanto porque exige investimentos tecnológicos para que ocorra de maneira segura e rentável, quanto porque os nódulos precisam ser separados de uma enorme camada de sedimentos cuja dispersão pode perturbar o habitat marinho.

Aliás, há preocupações ambientais com a atividade extrativista no Ártico em geral, pois trata-se de um local sensível, relativamente instável e pouco compreendido pela comunidade científica até esse momento no que tange à sua ecologia. O desenvolvimento econômico possivelmente modificaria as condições naturais boreais, por isso a necessidade de instituir procedimentos claros de prevenção e resposta a acidentes antes mesmo dos empreendimentos comerciais se intensificarem. A Guarda Costeira dos EUA já publicou protocolos de contenção de eventuais derramamentos de petróleo na região (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019) e a Noruega instalou equipamentos de controle de vazamentos em mais de 50 bases navais (CONSELHO ÁRTICO, 2020). Na contramão, a Rússia aparelhou somente duas de suas estações marítimas no Mar de Barents para esse tipo de episódio (SYDNES; SYDNES, 2012), apesar de ter sido responsável por um dos piores desastres industriais em águas árticas quando mais de 20.000 toneladas de diesel foram despejadas no extremo norte da Sibéria em 2020 (VIKULOVA, 2021). Tal diferença de atitude denota como a segurança ambiental também pode corresponder a um fator de divisão entre os Estados nas discussões de suas agendas para a faixa ártica.

O uso e o domínio dos recursos naturais são intrínsecos à geopolítica, posto que influenciam na percepção do valor estratégico de um território. O Ártico, por ser uma área virgem sob a ótica econômica, não conta com a estabilidade geopolítica estabelecida na maior parte do mundo, sendo tido como “terra de ninguém” em vez de “terra de todos”, o que acirra as pretensões nacionais de governá-lo para os objetivos individuais de cada país. A transição física enfrentada pela geografia boreal amplia a brecha para rivalidades interestatais, que se valem da estagnação do regime legal internacional operante sobre a região ártica para se acentuarem em rapidez alarmante.

6. As Políticas Nacionais Árticas

Tendo em vista as análises sobre o papel expressivo do Ártico no futuro do tabuleiro geopolítico mundial, nota-se a ausência de um projeto internacional consolidado para a região. Portanto, a fim de conceber quais são os interesses de cada país nas águas e terras boreais, bem como as consonâncias e as dissensões entre os variados planos, é imperativo esmiuçar as políticas e as estratégias publicadas isoladamente pelos Estados. Tais documentos de ordem particular devem representar um ponto de partida para propostas de cooperação e abrandamento de possíveis hostilidades, uma vez que fornecem *insights* exclusivos sobre os ângulos sob os quais a zona ártica é encarada por cada nação.

6.1 Canadá

A elaboração de uma política específica para o Ártico não é algo recente no Canadá. Desde quando a Grã-Bretanha cedeu ilhas árticas ao governo canadense no final do século XIX, posição confirmada apenas em 1925, o país vem reafirmando suas reivindicações territoriais boreais. Durante a Segunda Guerra Mundial, as circunstâncias bélicas levaram a uma cooperação entre o Canadá e os EUA na região ártica visando proteger o continente, parceria essa que se estendeu nas décadas seguintes pelos temores de ataques soviéticos via Polo Norte, como explica Byers (2010). A soberania e a segurança são, portanto, os valores fundadores da visão canadense em relação ao Ártico, sobrepujando-se às possibilidades econômicas pela dificuldade em promovê-las de fato.

Com o término da Guerra Fria, as preocupações essencialmente militares foram atenuadas, dando lugar a temas ambientais e sociais. O discurso securitário existente ganhou uma outra roupagem e passou a concentrar-se em ameaças às populações nativas e aos biomas dentro da jurisdição boreal canadense. Representantes das comunidades Inuit e das Primeiras Nações conquistaram voz no processo decisório. Para Byers (2010), o ápice da participação política de tais grupos sociais foi a constituição de territórios semi-autônomos no Ártico e, posteriormente, da província de Nunavut no extremo norte do país, reduto da maior parte das comunidades indígenas.

Ao longo dos anos 1990, tópicos em evidência nacional, como questões de integração social, preocupações conservacionistas e os esforços de reconhecimento dos povos autóctones

foram assim integrados em uma nova política ártica. Conforme Greaves (2011), a inovação não se restringiu ao conteúdo, desdobrando-se também no formato e nos participantes da construção de tal compromisso, que teve contribuições das lideranças Inuit. Atores transnacionais não-estatais estavam assumindo mais responsabilidades na ordem mundial, por isso o ideal de cooperação com o governo estadunidense para a defesa da América do Norte transformou-se em “controle circumpolar multilateral”, o que efetivamente alargou o espaço a ser protegido e reuniu mais Estados em torno desse objetivo (GREAVES, 2011).

Embora uma política canadense voltada ao Ártico não seja uma novidade por si só, é preciso ressaltar que o assunto sempre foi secundário no âmbito doméstico. Somente em duas ocasiões, 1969 e 1985, a atenção da sociedade canadense foi dirigida para a zona boreal. Em ambos os casos, embarcações estadunidenses tentaram apossar-se da Passagem do Noroeste, historicamente entendida por Ottawa como um corpo d'água interno ao território do Canadá, como apontado em Lajeunesse (2008). A comoção pública foi tamanha que o governo reagiu ratificando as leis que atribuem essa porção de mar ao país. Até o início da década de 2020, a propriedade da Passagem do Noroeste segue como objeto de controvérsias, pois, como detalhado por Lajeunesse (2008) anteriormente, os EUA contestam o argumento canadense alegando que se trata de uma rota marítima de uso internacional, opinião endossada por demais países interessados em usufruir o atalho. Com exceção desses dois incidentes, a região ártica praticamente não foi motivo de polêmicas para o Canadá no século XX, quadro bem distinto do que se observou a partir dos anos 2000.

A ascensão do conservador Stephen Harper ao cargo de primeiro-ministro canadense trouxe a versão atual da política do país para o Ártico, divulgada em 2009 e focada na soberania canadense dos seus territórios boreais, como atenta Dolata (2015) ao sublinhar o subtítulo explícito do documento: *Our North, Our Heritage, Our Future*. A reorientação da estratégia com base na necessidade de salvaguardar a integridade territorial canadense inspirou programas de militarização na região ártica, além de apoiar reivindicações inteiramente inéditas pelo Canadá, como a Dorsal de Lomonosov em 2013 em um revide às ações da Rússia nessa cordilheira submarina, sobretudo ao fato de Moscou ter plantado a bandeira russa no leito do Oceano Ártico (MACNEILL, 2020). Sob o renovado lema “soberania ártica”, a abertura anterior às perspectivas multilaterais e de cooperação internacional adquiriu um caráter coadjuvante na política externa desempenhada por Ottawa. O espírito do novo posicionamento oficial canadense pode ser resumido no seguinte trecho:

O governo do Canadá possui uma clara visão para o Norte, na qual:

- indivíduos autossuficientes vivem em comunidades saudáveis e vitais, gerem seus próprios assuntos e modelam seus próprios destinos;
- a tradição setentrional do respeito à terra e ao meio ambiente é primordial e os princípios do desenvolvimento responsável e sustentável ancoram todas as tomadas de decisão e ações;
- governos fortes e responsáveis trabalham juntos por um futuro vibrante e próspero para todos, um lugar cujos povos e governos sejam parceiros de contribuição significativa para uma federação canadense dinâmica e segura; e
- nós patrulhamos e protejamos nosso território através da presença reforçada na terra, no mar e sobre o céu do Ártico (CANADÁ, 2009, p. 1-2, tradução nossa).

Os EUA são os mais aflitos com essa mudança de tom do Canadá, pois a luta pela Passagem do Noroeste é o cerne das apreensões no Ártico para muitos canadenses, ainda que jamais tenham visitado ou residido na região boreal. O “Grande Norte Branco”, apelido do país, é fundamental na definição da identidade nacional. Segundo Williams (2011), tal construção da região ártica como a essência do povo canadense é antiga e incentiva a ideia de que o Ártico todo, incluindo as ilhas e o mar ao norte das atuais fronteiras do Canadá, deveriam estar sob a tutela da nação. Por sua vez, objeções a essa opinião também provocaram repercussões nos demais Estados árticos. Por exemplo, desde 1984, Canadá e Dinamarca disputam a posse da Ilha Hans, um pequeno rochedo de 1,3 km² de área no leste do Oceano Ártico, apesar de ambos serem parceiros na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) dedicados a cooperar em pesquisas científicas no leito oceânico do Polo Norte (WILLIAMS, 2011); já no oeste no Oceano Ártico, o Canadá e os EUA estão em uma desavença sobre o Mar de Beaufort, rico em recursos naturais (BYERS; BAKER, 2012).

Uma das soluções para tais reivindicações territoriais é a definição jurídica, reconhecida pela comunidade internacional. Nesse sentido, Ottawa vem tentando fortalecer a sua soberania no Oceano Ártico ao combinar as regras previstas na UNCLOS com a historiografia canadense, criando a narrativa de que pequenos pontos de terra como a Ilha Hans, próxima geograficamente ao terreno groenlandês, pertencem ao Canadá há tempos e, logo, o cálculo das milhas náuticas para a demarcação de águas territoriais, Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs) e plataformas continentais também deve ser feito tomando esses locais como referência. Paralelamente, o governo canadense acentuou a sua capacidade

militar lotada na região boreal. A estratégia de defesa do governo Harper (2006-2015) envolveu investimentos em quebra-gelos armados, navios de patrulha, tecnologia de satélite e radar e até no treinamento de um contingente de soldados Inuit para vigiar as movimentações árticas, como explica Dolata (2015).

A política do Canadá para o Ártico delineada por Harper não foi caracterizada apenas pela militarização e pela retórica de confrontação, mas também por alterações significativas nos setores sociais que fazem parte dos processos decisórios. As populações indígenas e os atores transnacionais não-estatais que haviam conseguido se fazer ouvir no final da década de 1990 perderam importância. Como detalha Williams (2011), quando o Canadá, a Dinamarca, os EUA, a Noruega e a Rússia encontraram-se na Groenlândia em 2008 e lançaram a Declaração de Ilulissat para acalmar os ânimos internacionais e demonstrar o compromisso à cooperação a despeito do que as suas atitudes individuais em busca por maior soberania no Ártico sugeriam, reiterando inclusive as estruturas do Conselho Ártico e da UNCLOS com as ressalvas habituais, as associações indígenas não foram convidadas para as conversas e, assim, rechaçam abertamente o relatório final dessa reunião.

Imaginava-se que a cooperação circumpolar multilateral que guiava a política canadense para o Ártico nos anos 1990 e era simbolizada de modo mais nítido no próprio Conselho Ártico, fundado em 1996 em Ottawa, seria um objetivo unificador dos Estados árticos. Porém, as condutas individuais desses mesmos países foram de encontro a tal preceito, dando contornos geopolíticos à região boreal. Os representantes Inuit, já organizados no Conselho Circumpolar Inuit desde 1977 para robustecer suas pautas, responderam ao clima de incerteza com os seus próprios pareceres sobre as águas e terras árticas, editados anualmente a partir de 2006 e nos quais há a crítica patente ao fato de que o Conselho, ainda que tenha sido ativo na fundação do Conselho Ártico em 1996, não é chamado com frequência para os debates governamentais sobre a divisão do Ártico, vide a sua completa ausência em Ilulissat (CONSELHO CIRCUMPOLAR INUIT, 2021). A causa dos Inuits revela como a resolução de conflitos na zona ártica não é e nem deveria ser algo reservado para a deliberação dos Estados. Os povos nativos e o restante da comunidade internacional também possuem o direito de expressar as suas preocupações e recomendações em matérias de segurança ambiental global como é o caso do Ártico.

Igualmente relevante é a garantia da continuidade da autodeterminação, o que inclui o direito aos recursos naturais. Não é óbvia a definição de quem pode explorar o potencial

petrolífero e mineral do Ártico, o que desencadeia conflitos não só entre os Estados, como também entre os governos nacionais e os grupos nativos. Embora tenha sido bem-sucedido em suas negociações domésticas, o Canadá ainda não conseguiu conciliar plenamente os direitos indígenas à terra e as políticas internas de segurança energética, integridade territorial e soberania. Isso ajuda a explicar o porquê de Ottawa ter tardado a assinar a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2008) e do governo federal canadense deter o monopólio das atividades ligadas a petróleo e gás natural nas províncias de Nunavut e dos Territórios do Noroeste, justamente os lares tradicionais Inuits, como alerta Williams (2011).

No entanto, há de se reconhecer que o Canadá ao menos considera as demandas dos Inuits como mais legítimas do que pedidos totalmente alheios à sua realidade interna, como a solicitação da União Europeia por um tratado ártico abrangente (OFFERDAL, 2011). Os canadenses dizem que as instituições vigentes e a parceria entre os Estados árticos são adequadas para resolver quaisquer querelas. A fragilidade do Conselho Ártico e da UNCLOS no que tange à implementação e ao monitoramento das suas decisões, uma vez que operam respectivamente por consenso e por mecanismos regulatórios que só permitem a reconciliação, representam o principal argumento contrário. Resta saber se o Canadá sustentará nas próximas décadas a mesma política de soberania traçada por Harper e ininterrompida por Trudeau ou se recuperará a ênfase que deu às questões socioambientais boreais em meados dos anos 1990.

6.2 China

As perspectivas econômicas do Ártico, que ganham força diante do degelo provocado pelo aquecimento global, fazem com que atores não-árticos se interessem pelos debates sobre a governança da região. A China, potência mundial em ascensão, apesar de não ser considerada um Estado ártico por definição, projeta-se no tabuleiro internacional de modo a acumular influência na zona boreal para satisfazer os seus próprios objetivos comerciais. Como propõe Silva (2020), a promoção chinesa ao status de membro-observador do Conselho Ártico em 2013, após uma série de negociações para tal, representa o auge da diplomacia ártica liderada por Pequim. Dentre os vários critérios do processo de admissão ao órgão, o governo chinês teve que aceitar e declarar apoio aos propósitos do Conselho Ártico;

reconhecer a soberania e a jurisdição dos países árticos; e ratificar a UNCLOS como mecanismo de administração da área, o que é bastante polêmico quando se nota que a China desafia as determinações da mesma convenção com as suas posturas expansionistas no Mar do Sul da China (INGIMUNDARSON, 2014).

Segundo Silva (2020), a publicação em 2018 da estratégia da China para o Ártico, na sequência da idealização da Rota da Seda Polar como uma face do ambicioso plano de desenvolvimento *One Belt One Road* que norteia a política externa chinesa no século XXI, foi outro marco simbólico das intenções boreais de Pequim. O programa estratégico do país descreve a China como uma “importante parte interessada” no Ártico e um “Estado quase-ártico”, muito embora não haja territórios chineses acima do Círculo Ártico ou que estejam nas fronteiras dessa linha divisória (CHINA, 2018). A extensão da identidade nacional atribui ao governo chinês o papel de defensor do Ártico na qualidade de importante centro do poder internacional. Ademais, a política expõe aspectos distintivos das propostas chinesas para a região em comparação às demais partes interessadas.

Segundo as declarações oficiais, as posições da China no Ártico não serão excessivas e considerarão o fato de que o país não possui domínios na região, não buscando assim intervir nos assuntos que cabem aos Estados árticos em si (WOON, 2020). Ainda para Woon (2020), isso não quer dizer que Pequim será ausente, mas que participará construtivamente em pautas árticas de escala transregional e global respeitando o direito internacional aplicável na região, bem como as respectivas leis domésticas das nações boreais. Baseado no conteúdo desse discurso, infere-se que a China deseja manter a sua neutralidade em contenciosos entre os Estados árticos, até para não chamar a atenção para as discórdias em que toma parte em outras áreas do planeta, preferindo postar-se como fomentadora da cooperação na zona polar setentrional.

A entrada da China como membro-observador no Conselho Ártico não implica o reconhecimento absoluto da conduta boreal sínica. Conforme Chater (2016), tal como ocorre em outros observadores da organização internacional, os interesses chineses podem ser resumidos em duas metas amplas: contribuir para a resolução de temas ambientais que representam preocupações globais e aproveitar as possibilidades econômicas da região ártica. Ambos os objetivos chegam a ser claramente expressos na política ártica do país:

As condições naturais do Ártico e as suas mudanças têm impacto direto no sistema climático e no ambiente ecológico da China e, por sua vez, nos seus interesses econômicos na agricultura,

silvicultura, pesca, indústria naval e outros setores. A China está intimamente envolvida nas questões transregionais e globais no Ártico, especialmente em áreas como mudanças climáticas, meio ambiente, pesquisa científica, utilização de rotas marítimas, exploração de recursos, segurança e governança global. Essas questões são vitais para a existência e o desenvolvimento de todos os países e da humanidade, e afetam diretamente os interesses de Estados não-árticos, incluindo a China (CHINA, 2018, seção II, tradução nossa).

Analisando esses dois propósitos gerais da presença chinesa no Ártico, é possível perceber que, por um lado, Pequim compreende a necessidade de agir para desacelerar a mudança climática que vem acontecendo intensamente no ambiente boreal e desdobrando-se em intempéries no próprio território continental chinês. Por outro ângulo, como a maior nação mundial em termos de consumo de energia, a região boreal possui muito apelo para a China por guardar reservas de hidrocarbonetos intocadas e elevar a competitividade logística através das rotas marítimas que são abertas devido ao derretimento criosférico, elementos que aparecem explicitamente na política ártica do país dada a intenção chinesa de explorá-los ao seu favor. Conforme Silva (2020), o Partido Comunista da China, pouco adepto à divulgação de políticas específicas, atestou por escrito o compromisso nacional em atuar no Ártico, o que demonstra o grau de dedicação que o governo chinês já sinaliza para o polo setentrional ao promulgar um extenso depoimento versando exclusivamente sobre o assunto.

A estratégia ártica chinesa começa com uma introdução da situação boreal antes de detalhar as finalidades, os princípios básicos, as políticas e as posições da China no que tange à governança da região. O prefácio do documento menciona que a sua pretensão é:

[...] expor as posições básicas em assuntos árticos, elaborar os objetivos políticos, os princípios básicos e as principais políticas e posições referentes ao engajamento em assuntos árticos, guiar os departamentos e as instituições relevantes do governo chinês nas atividades e na cooperação relacionadas ao Ártico, encorajar partes relevantes a se envolverem melhor na governança ártica e trabalhar com a comunidade internacional para salvaguardar e promover a paz, a estabilidade e o desenvolvimento sustentável do Ártico (CHINA, 2018, prefácio, tradução nossa).

A partir desse trecho, evidencia-se que o intuito da política é não somente desfazer a percepção negativa da comunidade internacional sobre os interesses boreais chineses, mas também ser um pilar interno para a coordenação das agências governamentais nessa agenda. Uma vez que a China não possui um órgão especializado em discussões árticas, a

competência dos diferentes tópicos ligados à região está a cargo de múltiplas instâncias, exigindo um planejamento central para que as posturas estejam em consonância.

Recuperando o histórico da participação chinesa no Ártico para justificar os objetivos individuais do país nesse espaço geográfico, Liu (2021) alude à ratificação do Tratado de Svalbard pela China em 1925, conferindo a todos os signatários o direito de exercer atividades comerciais e de natureza científica no arquipélago homônimo embora nele vigore a soberania norueguesa. Apesar disso, segundo Woon (2020), o foco de Pequim nos mares e terrenos árticos foi mínimo até a década de 1990, quando mais expedições sob a bandeira da China passaram a zarpar com destino ao Círculo Polar. A pesquisa foi o dínamo da transformação do olhar sínico para a faixa polar setentrional, que só cresce em importância desde então.

Os objetivos políticos da China no ambiente boreal são sintetizados como “compreender”, “proteger” e “desenvolver” o Ártico, além de “participar” na sua gestão, sendo tais metas fundamentais para “salvaguardar os interesses comuns a todos” e “promover o desenvolvimento sustentável” (CHINA, 2018, tradução nossa). Os quatro pontos são complementares entre si, já que a China precisa de um conhecimento profundo sobre a região ártica para conseguir protegê-la, desenvolvê-la socioeconomicamente e ter participação ativa na sua administração.

Logo após traçar os objetivos políticos descritos acima, a estratégia ártica chinesa apresenta quatro princípios básicos que orientam a sua realização, quais sejam o respeito, a cooperação, o resultado de ganhos mútuos e a sustentabilidade (CHINA, 2018). Os dois primeiros são valores recíprocos que Pequim almeja incentivar enquanto os últimos correspondem à natureza do que se pretende alcançar. O respeito e a cooperação são indispensáveis, pois o Ártico é uma zona plural e complexa onde convivem Estados com visões conflitantes e na qual ganhos mútuos e sustentáveis só podem ser obtidos se houver um desenvolvimento conjunto da região, incluindo a participação de atores não-árticos, argumento empregado pela China para se inserir nos círculos decisórios dos temas boreais.

Por fim, à luz dos quatro objetivos políticos e dos quatro princípios básicos, o documento lançado por Pequim em 2018 propôs também cinco políticas concretas para o Ártico:

1. quanto à compreensão científica do Ártico, a China quer promover as atividades de pesquisa na faixa boreal (CHINA, 2018);

2. quanto à conservação do meio ambiente, do ecossistema e do clima ártico, a China reitera o seu compromisso em enfrentar os desafios ambientais globais (CHINA, 2018);
3. quanto à utilização das rotas marítimas árticas e à exploração dos recursos naturais presentes na região, a China defende a proteção e o uso racional das riquezas abundantes, sempre com base na cooperação (CHINA, 2018);
4. quanto à participação chinesa na governança ártica, a China compromete-se a aperfeiçoar e complementar o regime de organização já existente, atuando ativamente a nível regional e global para promovê-lo (CHINA, 2018);
5. quanto à segurança, a China acredita que a paz e a estabilidade no Ártico são necessárias para atender aos interesses essenciais de todos os Estados da comunidade internacional (CHINA, 2018).

Para Woon (2020), a estratégia chinesa ressalta que a obediência aos tratados jurídicos internacionais em voga e à legislação doméstica de cada Estado ártico em sua respectiva soberania respalda todas as políticas delineadas por Pequim. Ainda que as cláusulas primordiais da UNCLOS não sejam citadas, uma escolha premeditada para evitar polêmicas sobre o possível descumprimento delas pelo governo chinês em demais áreas do globo, por exemplo no Mar do Sul da China, a referência constante a essa convenção legitima a ideia de que o Oceano Ártico abarca águas internacionais, além de demonstrar como a China não afronta o entendimento legal interestatal e, portanto, transmitir a imagem de uma figura isenta nas disputas boreais. Um exame crítico desse cenário pode concluir que, diante da sua fragilidade em pleitear possessões no Ártico, é mais interessante para a China condenar as reivindicações alheias e pregar a livre navegação e exploração dos recursos naturais na zona polar setentrional para, ao mesmo tempo, garantir o seu acesso ao potencial econômico do local e privar os países rivais de dominá-lo conforme os desígnios particulares deles. O governo chinês vale-se inclusive dessa fala para tentar liderar os Estados não-árticos, vasta maioria no sistema internacional, em torno do ideal de um Ártico sob responsabilidade comunitária.

Para ilustrar o seu empenho em desenvolver economicamente a região boreal superando as intrigas de delimitação de fronteiras e visando o sucesso coletivo, a China concebe o Oceano Ártico como um elo da sua audaciosa iniciativa *One Belt One Road*,

anunciada pelo presidente Xi Jinping como um rejuvenescimento da malha de transportes e dos fluxos comerciais entre Ásia, Europa e África. O grandioso plano de ação previa inicialmente o estabelecimento do Cinturão Econômico da Rota da Seda e da Rota da Seda Marítima do Século XXI, mas a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China e a Administração Estatal Oceânica da China emitiram em 2017 um documento intitulado *Vision for Maritime Cooperation under the Belt and Road Initiative* que expandiu o escopo marítimo do programa (ROLLAND, 2019). Nessa declaração, as rotas do Oceano Ártico foram incluídas como “passagens econômicas azuis”, conectando-se com os portos, ferrovias, estradas e outros canais que Pequim desenha para cobrir a Ásia Central, os Bálcãs, a Rússia, a Europa Ocidental e a América do Norte (CHINA, 2017). Segundo Silva (2020), a ênfase cada vez maior do Estado chinês na região boreal resultou na visão da Rota da Seda Polar, que abrange a contestada Rota do Mar do Norte, como um encadeamento dos demais corredores de infraestrutura que estão sendo criados no âmbito da política externa chinesa de construir e controlar uma rede intercontinental que seja altamente eficiente e atraente o suficiente para reconfigurar a dinâmica do comércio internacional. Tomada holisticamente, tal estratégia põe em dúvida o que realmente significa a isenção aos conflitos entre os Estados árticos e a aspiração por uma faixa polar setentrional governada pela comunidade mundial como um todo que são o cerne da diplomacia ártica praticada pela China.

6.3 Dinamarca

O Reino da Dinamarca é considerado um Estado ártico por abranger as Ilhas Faroé e principalmente a Groenlândia, localizada em sua maior parte acima do Círculo Ártico e ainda guardando vínculos políticos com o governo dinamarquês apesar de sua progressiva autonomia, tendo sido colônia do país por muitos anos. Como destaca Hansen (2021), o território groenlandês cresce em valor estratégico com o derretimento da criosfera derivado das mudanças climáticas, propiciando oportunidades econômicas para além da pesca, correspondente a mais de 85% das exportações atuais da região. O recuo do gelo terrestre e marinho favorece o desenvolvimento da agricultura, a exploração da energia hidrelétrica, a extração de hidrocarbonetos e a mineração de ferro, alumínio, prata, zinco, chumbo, carvão, criolita, dentre outros recursos que podem estar presentes no subsolo da maior ilha do planeta (DINAMARCA, 2011).

Isso ajuda a explicar o motivo das propostas de compra da Groenlândia por outras nações interessadas em se beneficiar do potencial comercial e da posição geográfica privilegiada dessa ilha, sobretudo diante das perspectivas boreais para as próximas décadas. Donald Trump, por exemplo, demonstrou diversas vezes em seu mandato presidencial a intenção de anexar esse território às possessões estadunidenses, ideia rejeitada por Copenhague, que está ciente da extrema relevância da região groenlandesa, administrada em última instância pela autoridade dinamarquesa (HANSEN, 2021). As tentativas de negociação entre EUA e Dinamarca no que tange à Groenlândia remontam ao século XIX (MUSGRAVE, 2019) e, desde então, sua conquista mais expressiva foi a permissão da instalação da Base Aérea de Thule, o único aeroporto militar da Força Aérea dos Estados Unidos ao norte do Círculo Ártico (BENDER, 2014).

A polêmica questão da demarcação das Zonas Econômicas Exclusivas (ZEEs), postuladas pela UNCLOS como regra de partilha das águas boreais, é outra face do debate sobre a posse da Groenlândia. A partir da ilha, o reino dinamarquês reivindica a Dorsal de Lomonosov, uma cordilheira submarina de mais de 1.800 quilômetros de comprimento que separa a Bacia Amerasiana e a Bacia da Eurásia no Oceano Ártico (MACNEILL, 2020). Devido a sua extensão, alcançando praticamente o litoral siberiano, tal faixa foi pleiteada originalmente pela Rússia em 2001, como destaca MacNeill (2020). Em 2013, o Canadá respondeu afirmando a sua propriedade com base no cálculo das milhas náuticas contadas da Ilha Ellesmere, parte da província canadense de Nunavut, episódio relatado por MacNeill (2020). Em 2014, a Dinamarca juntou-se à desavença alegando que a massa groenlandesa lhe dá direito exclusivo à dorsal, que ainda não teve uma decisão final sobre a sua jurisdição, conforme também descreve MacNeill (2020). A figura 4 ilustra as sobreposições físicas entre as principais interpretações da soberania da região de Lomonosov.

Paralelamente a essas situações, a Dinamarca anunciou uma política específica para o Ártico, guiando os seus objetivos na região boreal e direcionando os posicionamentos análogos da Groenlândia e das Ilhas Faroer de 2011 a 2020. A atualização do conteúdo para o período 2021-2030 sofreu atrasos devido a pandemia do coronavírus, mas a primeira versão do documento já revela aspectos centrais da visão dinamarquesa. No prefácio, por exemplo, declara-se que:

É nosso objetivo comum que o Ártico e o seu potencial atual devam ser desenvolvidos para promover o crescimento sustentável e a sustentabilidade social. Esse desenvolvimento deve

ocorrer primeiramente para o benefício dos habitantes do Ártico e ir lado a lado com a proteção do ambiente ártico. [...] O Ártico precisa ser gerido internacionalmente com base em princípios internacionais de direito para garantir um Ártico pacífico, seguro e colaborativo (DINAMARCA, 2011, p. 7, tradução nossa).

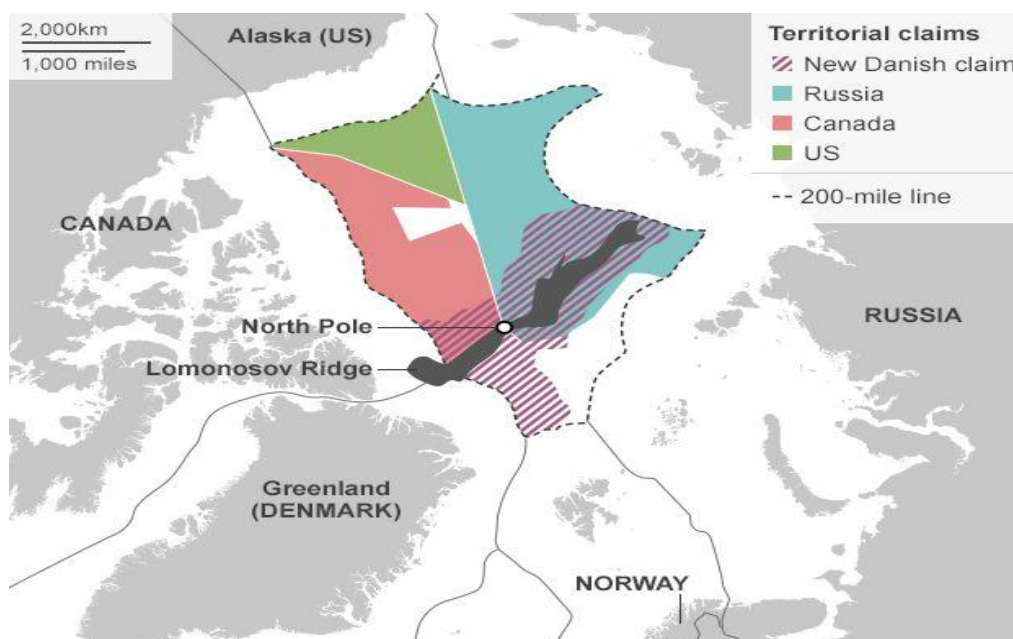


Figura 4. Mapa do Ártico com destaque para as reivindicações territoriais ao longo da Dorsal de Lomonosov - *Lomonosov Ridge* (BBC, 2014)

À luz de tal ideal, chama atenção o fato de que a primeira área classificada como prioridade no Ártico pelo governo dinamarquês é a defesa da soberania. Um dos trechos mais controversos da estratégia é exatamente o que lançava as bases para a posterior reivindicação da Dorsal de Lomonosov em 2014:

O Reino enviou a documentação para a Comissão de Limites da Plataforma Continental para reivindicações relacionadas a duas áreas próximas às Ilhas Faroe e, até 2014, planeja enviar a documentação sobre três áreas próximas à Groenlândia, incluindo uma área ao norte da Groenlândia que, dentre outras, cobre o Polo Norte (DINAMARCA, 2011, p. 14, tradução nossa)

Em termos militares, o documento estabeleceu a fusão entre o Comando da Groenlândia e o Comando das Ilhas Faroe, formando o Comando Ártico Conjunto como um braço consolidado das forças armadas dinamarquesas atuantes no espaço boreal (DINAMARCA, 2011). Esta divisão conta com quebra-gelos armados, navios de patrulha,

motos de neve de ponta, centro próprio de inteligência e demais recursos para a proteção dos domínios groenlandeses e feroeses (DINAMARCA, 2011). A iniciativa de intensificar os investimentos na capacidade bélica da Dinamarca lotada no Ártico aconteceu na mesma época em que o Canadá e a Rússia, as duas nações que desafiam Copenhague e também reclamam para si a Dorsal de Lomonosov, faziam algo parecido.

O segundo pilar previsto na estratégia diz respeito ao desenvolvimento sustentável de novas oportunidades econômicas. Segundo Hansen (2021), a Groenlândia é dependente da atividade pesqueira para a sua subsistência, por isso são grandes os temores de que a prospecção de petróleo, bem como eventuais avanços na extração das riquezas minerais, possam provocar danos ambientais que comprometam os modos de vida tradicionais da região. O parecer oficial do governo buscou a moderação nesse tema, estimulando o aproveitamento do potencial da ilha, que não pode ser ignorado no contexto comercial internacional mais amplo, acompanhado de práticas como a preferência por energia hidrelétrica ao invés de fontes mais poluentes na sua matriz (DINAMARCA, 2011). Afinal, a preservação do ambiente ártico é um aspecto tão importante quanto a exploração dos recursos naturais disponíveis no território groenlandês de acordo com o próprio programa da Dinamarca, que diz em capítulo voltado ao tópico que “o reino buscará uma política climática vigorosa e ambiciosa para enfrentar os desafios que as mudanças climáticas representam no Ártico e em outras regiões vulneráveis” (DINAMARCA, 2011, p. 49, tradução nossa).

Por fim, a estratégia boreal dinamarquesa trata da cooperação interna e externa que acredita ser necessária para lograr êxito nos compromissos firmados nas demais esferas. Copenhague deseja fortalecer o papel do Conselho Ártico, em especial do ponto de vista social, envolvendo melhor as comunidades nativas no processo decisório dessa organização. Isso vai de encontro às concepções dos EUA e da Rússia sobre a mesma instituição, pois ambos concordam que o Conselho Ártico não deveria se tornar um fórum que imponha regulações, restringindo-se a ser um canal de diálogo multilateral e amistoso com poderes mínimos, aberto para atores políticos não-árticos, como a China e a União Europeia, como comenta Young (2012). Embora a Dinamarca não se oponha a trabalhar com outros sujeitos internacionais em prol do Ártico, é nítida a sua posição de que a população indígena que habita as terras boreais deveria vir em primeiro lugar, como nota-se na passagem abaixo:

[...] será importante que o envolvimento da União Europeia no Ártico aconteça nos próprios termos das populações árticas. Nós devemos procurar evitar novos casos nos quais as leis,

tradições, culturas e necessidades das sociedades árticas sejam negligenciadas, como por exemplo na proibição da União Europeia de importações de produtos derivados de foca (DINAMARCA, 2011, p. 52, tradução nossa).

O governo dinamarquês também planeja continuar engajado no *Arctic Five*, porém reservando ao grupo as pautas costeiras, já que ele é composto apenas pelos países árticos cujas plataformas continentais adentram águas boreais. Segundo Copenhague, agendas que afetam os Estados circumpolares em geral exigem discussão no Conselho Ártico para que as opiniões de todos, principalmente das representações dos povos indígenas que residem na região ártica, sejam ouvidas (DINAMARCA, 2011). Bilateralmente, a Dinamarca pretende seguir estreitando laços com os EUA, o Canadá, a Noruega e a Islândia, além de expandir a parceria com a Rússia e fomentar relacionamentos com outros Estados interessados para que “sejam integrados às normas e aos valores que o reino e outros estados costeiros no Oceano Ártico acreditem ser aplicáveis ao Ártico” (DINAMARCA, 2011, p. 55, tradução nossa). A relevância que a estratégia dinamarquesa confere às contribuições dos países não-árticos e das associações de povos nativos do Ártico em circunstâncias decisórias a nível internacional é uma marca distintiva da maneira como essa nação compreende a governança da região polar setentrional, conciliando o respeito à sabedoria local com os olhares para desenvolver economicamente os territórios boreais.

6.4 Estados Unidos da América

Os Estados Unidos da América reconhecem o valor estratégico da região ártica desde, pelo menos, as negociações com o Império Russo para comprar o território do Alasca em 1867, cuja aquisição acabaria se tornando um dos investimentos mais lucrativos do governo norte-americano em sua história (KARNAL *et al.*, 2007). Durante o período da Guerra Fria, a região boreal cresceu em importância geopolítica para Washington, dada a elevada sensibilidade para eventuais tensões com a União Soviética, que não só também possuía acesso ao Ártico, como valia-se de tal conexão para deslocar o seu efetivo militar. Após o fim da URSS, a preocupação estadunidense com a zona polar setentrional diminuiu, voltando a ganhar força na virada do século XXI, quando as reservas árticas de petróleo, gás natural e recursos minerais entraram em evidência.

Washington sabe da existência de vastas jazidas petrolíferas na Encosta Norte do Alasca desde os anos 1920. Na época, a área, conhecida como *National Petroleum Reserve*, foi entregue para a Marinha com o objetivo de garantir o abastecimento da frota naval, o que não acabou ocorrendo pelas dificuldades climáticas e geográficas inerentes ao ambiente boreal e pela descoberta de depósitos de petróleo mais acessíveis nos estados do Texas, Califórnia e Oklahoma (MCDOWELL GROUP, 2020). A possibilidade de extrair combustíveis fósseis dentro das suas fronteiras fez com que, em 1945, os EUA alegassem o direito à posse de tudo o que se encontrava até o limite da sua plataforma continental, sendo assim a primeira nação a desafiar o princípio das águas internacionais, não pertencentes a nenhum Estado, que vigorava até então (BAILES; HEININEN, 2012). Em resposta a essa posição, outros países começaram a reivindicar unilateralmente o controle de trechos oceânicos, inclusive na faixa ártica, lançando as bases para conflitos.

Em 1968, o Serviço Geológico dos Estados Unidos identificou o maior campo de petróleo contínuo no Ártico (MCDOWELL GROUP, 2020), estimulando um grande desenvolvimento de infraestrutura para tentar explorá-lo no pleno auge da Guerra Fria e às vésperas dos choques do petróleo, que só confirmaram a relevância de investir no potencial petrolífero boreal como uma alternativa à dependência global das exportações dos barris árabes. Nesse sentido, o Congresso autorizou a construção do *Trans-Alaska Pipeline System*, uma rede de gasodutos de mais de 8 bilhões de dólares que transporta cerca de 15% da produção estadunidense de petróleo, gás natural e derivados (ALYESKA PIPELINE SERVICE COMPANY, 2021). Além das repercussões ambientais negativas de tal projeto, o fato de que os EUA não ratificaram a UNCLOS, marco regulatório internacional no direito marítimo, deixa controversa a questão da soberania e dos limites das plataformas continentais norte-americanas onde estão localizadas exatamente as reservas fósseis que são prospectadas.

Em termos de políticas públicas, a Casa Branca já emitiu diversos pareceres sobre o Ártico, destacando-se historicamente o Memorando de Decisão de Segurança Nacional nº 144 de 1971 no governo Nixon e a Diretiva Presidencial de Segurança Nacional nº 66/Diretiva Presidencial de Segurança Interna nº 25, assinada em 2009 no governo George W. Bush. A diferença do tom institucional dos EUA no tratamento da agenda ártica é nítida ao comparar esses documentos. O texto de Nixon aborda superficialmente temas ligados ao meio ambiente à cooperação internacional na região boreal e à segurança, vide o seguinte excerto:

[...] os Estados Unidos apoiarão o desenvolvimento são e racional do Ártico, guiado pelo princípio da minimização de efeitos adversos ao meio ambiente; promoverão a cooperação internacional mutuamente benéfica no Ártico; e irão, ao mesmo tempo, proporcionar a proteção dos interesses essenciais de segurança no Ártico, incluindo a preservação do princípio de liberdade dos mares e do espaço aéreo sobrejacente (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1971, p. 1, tradução nossa).

Já a declaração de Bush é mais extensa, pois traça objetivos concretos e seus caminhos de implementação, bem como detalha as oportunidades econômicas no Ártico e como elas dialogam com a visão de Washington para o país como um todo. O espírito do discurso pode ser sintetizado na passagem abaixo:

É a política dos Estados Unidos:

1. Satisfazer as necessidades de segurança nacional e segurança interna relevantes na região ártica;
2. Proteger o ambiente ártico e conservar os seus recursos biológicos;
3. Garantir que a gestão dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico na região sejam ambientalmente sustentáveis;
4. Fortalecer instituições para cooperação entre as oito nações árticas (Estados Unidos, Canadá, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia);
5. Envolver as comunidades indígenas do Ártico nas decisões que afetem-nas;
6. Aprimorar o monitoramento e a pesquisa científica de questões ambientais locais, regionais e globais (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2009, p. 2, tradução nossa).

Barack Obama, sucessor de Bush à frente da Casa Branca, propôs a revisão da estratégia estadunidense para o Ártico à luz das mudanças climáticas e dos impactos ambientais cada vez mais perceptíveis, que representam inclusive uma das pautas centrais do democrata ao longo de sua trajetória política. Respeitando a maioria dos princípios estabelecidos nos posicionamentos precedentes de Washington sobre a zona boreal, a *National Strategy for the Arctic Region* divulgada em 2013 é, até o momento deste trabalho, a comunicação oficial mais recente da Casa Branca em si sobre como os EUA vislumbram o futuro da região ártica. Inspirado nas diretivas de 2009, o documento diz que:

Nossa estratégia tem como base três linhas de esforços:

1. Promover os interesses de segurança dos Estados Unidos - Nós habilitaremos as nossas embarcações e aeronaves a operar, conforme o direito internacional, através, acima e abaixo do espaço aéreo e das águas do Ártico, apoiaremos o comércio legítimo, alcançaremos maior consciência da atividade na região e inteligentemente evoluiremos a nossa infraestrutura e capacidade árticas, incluindo quantas plataformas quebra-gelo forem necessárias. A segurança dos EUA no Ártico abrange um amplo espectro de atividades, que vão desde aquelas que apoiam operações comerciais e científicas seguras até a defesa nacional;
2. Buscar a administração responsável da região ártica - Nós continuaremos a proteger o ambiente ártico e conservar os seus recursos; estabeleceremos e institucionalizaremos uma estrutura integrada de gerenciamento ártico; mapearemos a região ártica; e empregaremos a pesquisa científica e o conhecimento tradicional para aumentar a compreensão do Ártico;
3. Fortalecer a cooperação internacional - Por meio de relações bilaterais e organismos multilaterais, incluindo o Conselho Ártico, nós procuraremos acordos que promovam os interesses coletivos e a prosperidade compartilhada entre os Estados árticos, protejam o ambiente ártico e reforcem a segurança regional, e trabalharemos na adesão dos Estados Unidos à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2013, p. 2, tradução nossa).

Ao atualizar a política boreal dos EUA, Obama trouxe iniciativas inéditas que representaram um passo importante na efetiva realização dos objetivos norte-americanos. Por exemplo, a maior valorização das culturas nativas do Alasca, ainda que tímida em comparação ao tratamento que as populações indígenas recebem em outros Estados árticos como o Canadá e a Dinamarca, motivou Obama a se tornar o primeiro presidente a visitar as terras alasquianas durante o seu mandato (BRIGHAM, 2015). Em 2015, o líder estadunidense organizou a conferência *Global Leadership in the Arctic Cooperation, Innovation, Engagement and Resilience (GLACIER)* em Anchorage para conversar sobre possíveis ações conjuntas no combate às mudanças climáticas, convidando representantes locais e delegações dos membros do Conselho Ártico para participar do encontro (BRIGHAM, 2015).

Vale ressaltar também a intenção explícita do governo Obama de alinhar a legislação dos Estados Unidos com a UNCLOS, acatando assim às normas que são aplicadas na zona boreal e aceitas por grande parte da comunidade mundial. Embora a ratificação de tal código não tenha sido bem-sucedida, a renúncia de mais de 500.000 km² de águas no Oceano Ártico cujo pleito desafiava as disposições da Convenção foi emblemática (DAVENPORT, 2016) e afirmou o compromisso de Washington de cumprir as regras internacionais. Os EUA até ocuparam a presidência do Conselho Ártico entre 2015 e 2017, justamente quando avançavam

na abordagem interna para as questões boreais ao tomar atitudes concretas inovadoras como descrito acima, alocar mais verbas e criar cargos específicos responsáveis pela proteção securitária e ambiental do Ártico.

Com a chegada de Donald Trump ao poder em 2017, a política ártica estadunidense foi reorientada. Os tópicos climáticos que serviam como meio de diálogo e cooperação com os outros Estados árticos deram lugar ao desenvolvimento econômico e às preocupações militares no topo das prioridades, acirrando as possibilidades de confrontos geopolíticos na região polar setentrional. Nesse sentido, o republicano redigiu uma ordem executiva para revogar as desistências de reivindicações das plataformas continentais anunciadas por Obama (MERICA; LANDERS, 2017), medida que acabou sendo considerada inconstitucional por não contar com o respaldo da maioria do Congresso (BOHN, 2019).

Frustrado com a direção da estratégia dos EUA para o Ártico, então mais inclinada à sustentabilidade ao invés da defesa nacional, o governo Trump delegou a confecção de um novo plano à Guarda Costeira, o que deu contornos acentuadamente securitários às posições boreais do país, como observa-se no fragmento abaixo:

Este documento estabelece três linhas de esforços cruciais para alcançar sucesso no longo prazo: (1) reforçar a capacidade de operar efetivamente em um domínio ártico dinâmico, (2) fortalecer a ordem com base em regras, e (3) inovar e se adaptar para promover a resiliência e a prosperidade.

Nós compreendemos os investimentos significativos necessários para defender o Ártico, e agradecemos e aceitamos a confiança que o povo americano deposita na Guarda Costeira dos Estados Unidos. Ficaremos vigilantes na proteção dos nossos interesses nacionais nas regiões polares para evitar a influência descontrolada de competidores (GUARDA COSTEIRA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019, p. 2, tradução nossa).

Cabe notar nesse documento o temor patente de que nações rivais, em especial a Rússia e a China, ascendam a condições hegemônicas no Ártico, ameaçando os interesses individuais dos EUA e a própria estabilidade pacífica da zona boreal, praticamente livre de conflitos em boa parte da história. Em reação ao aumento das movimentações militares russas e chinesas próximas ao Polo Norte, as Forças Armadas dos Estados Unidos estão intensificando a sua presença em áreas como o Alasca, a Islândia e a Noruega (BAKER, 2022). A escalada bélica pode transformar as disputas geopolíticas árticas em agressões, cujos

desdobramentos são imprevisíveis pela falta de um mecanismo jurídico robusto e consensual no Ártico, e pelas repercussões que as hostilidades gerariam em outras partes do globo. Isso sem falar nos impactos ambientais de eventuais ataques polares.

O Alasca tende a ser um foco de desenvolvimento econômico dos EUA no século XXI por ser lar de algumas das maiores jazidas de petróleo e gás natural do país. Como sugerido pelas posturas adotadas por Trump, o futuro do Ártico como um todo também aparenta ser muito dinâmico e voltado para o controle estratégico dos territórios e das águas boreais, deixando a conservação ambiental como assunto secundário apesar do agravamento das mudanças climáticas. Esse cenário de apreensão geopolítica é desfavorável para Washington, uma vez que a definição da visão estadunidense para a região ártica é um processo ainda inacabado e relativamente recente. Enquanto os Estados Unidos elaboraram três políticas diferentes para o Ártico entre 2009 e 2019, a China e a Rússia foram capazes de traçar os seus programas e começar a trabalhar ativamente na execução deles. Para recuperar o tempo perdido e assegurar os seus interesses, a Casa Branca precisa decidir como pretende agir no extremo norte do planeta. A eleição de Joe Biden, ex-vice-presidente de Obama, pode trazer as ideias formuladas na estratégia de 2013 à tona novamente, consolidando-as como a posição oficial da nação no Ártico. Fato é que a ausência de metas claras é o primeiro obstáculo a ser superado pelos EUA para conseguir atuar incisivamente na faixa ártica tal como outros Estados já estão fazendo.

6.5 Finlândia

Embora a Finlândia não tenha litoral no Oceano Ártico e, assim, não faça parte do grupo *Arctic Five*, ela se autodeclara um país com território integralmente ártico (FINLÂNDIA, 2021). Por causa disso, Helsinque concebe a sua estratégia para o Ártico desde 2010, com revisões periódicas a cada três anos para orientar as próximas medidas e gastos públicos em tal agenda. A última versão disponível do documento foi publicada em 2021 e reflete no texto o compromisso finlandês de tornar o país neutro em carbono até 2035, conciliando o desenvolvimento econômico boreal, o abrandamento dos efeitos das mudanças climáticas e o enaltecimento dos conhecimentos tradicionais das comunidades nativas. Esses princípios são condensados em quatro áreas para as atividades árticas finlandesas, quais sejam:

1. Mudanças climáticas, mitigação e adaptação;
2. Habitantes, promoção do bem-estar e dos direitos dos Sámi como um povo indígena;
3. Expertise, meios de subsistência e pesquisa de ponta;
4. Infraestrutura e logística (FINLÂNDIA, 2021, p. 11, tradução nossa).

Como ferramenta para fomentar essas matérias, o governo finlandês busca o fortalecimento de instituições multilaterais no Ártico (FINLÂNDIA, 2021). Membro da União Europeia desde 1995 e do Conselho Ártico desde a sua fundação em 1996, a Finlândia tenta estreitar os vínculos entre os dois órgãos, argumentando que o bloco europeu possui projetos boreais próprios e, portanto, necessita ser incluído nas rodadas de discussão de alto nível sobre a região para que sejam ponderados em um escopo mais amplo. A diplomacia ártica finlandesa também empenha-se nas relações bilaterais com a Rússia, visando o equilíbrio entre o expansionismo de Moscou e o respeito às convenções internacionais vigentes, sobretudo a UNCLOS. Como presidente do Conselho Ártico entre 2017 e 2019, a Finlândia trouxe a cooperação ártica para fóruns globais e deu ênfase na intersecção do tema com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e com a implementação do Acordo de Paris de 2015 para redução das emissões de gases de efeito estufa, elementos que são mencionados ao longo da estratégia boreal finlandesa.

Sob a ótica da defesa, Helsinque teme que as investidas russas no norte da Escandinávia e o potencial de uso duplo das instalações chinesas que se multiplicam no Ártico possam levar à violência à medida que a faixa boreal ganha importância geopolítica. Por estar localizada geograficamente no raio de alcance das tensões e entender os riscos à sua segurança, a Finlândia vem realizando exercícios militares gradativamente maiores e mais frequentes com as forças dos Estados da Organização do Tratado do Atlântico Norte, manobras que são dignas de nota pela neutralidade que o país manteve na Guerra Fria (GIELOW, 2022). Em 2022, em represália à invasão da Ucrânia pela Rússia, o parlamento finlandês deu um passo além e confirmou a sua candidatura à OTAN, aprovada quase unanimemente pelo Senado estadunidense (HARDING, 2022). Conforme aponta Dahl (2021), desconsiderando tratados bilaterais, o país possui uma só aliança militar até então: a Cooperação Nórdica de Defesa, fundada em 2009 e que prevê o compartilhamento de inteligência e o acesso prioritário ao espaço aéreo entre Dinamarca, Finlândia, Islândia,

Noruega e Suécia, fatores essenciais no planejamento securitário do Mar Báltico. Com a entrada formal na OTAN, a Finlândia passaria a contar com o arsenal de mais de 30 nações caso sofra alguma afronta, um reforço oportuno dada a sua vizinhança com a Rússia.

Outro aspecto relevante da política finlandesa para o Ártico é o esforço em salvaguardar o modo de vida dos Sámi, a única etnia indígena na União Europeia, residente em trechos da Finlândia, Suécia, Noruega e Rússia e correspondente a cerca de 10% da população ártica no mundo (FINLÂNDIA, 2021). A conservação da cultura Sámi, valendo-se dela para a melhor compreensão do ambiente ártico, é um objetivo específico do governo finlandês, que tal qual a Dinamarca reconhece abertamente o direito original dos povos boreais nativos à terra que ocupam. Embora a preservação dos recursos que constituem a subsistência dos Sámi seja apontada como um interesse da Finlândia, cabe destacar que os Sámi se articulam autonomamente em torno desse mesmo propósito desde a formação do Conselho Sámi em 1956, órgão que participou da criação do Conselho Ártico em 1996 e que difunde sua própria estratégia ártica, centrada nas questões da autodeterminação Sámi e da abertura às contribuições desse povo nas instâncias decisórias da governança boreal (CONSELHO SÁMI, 2019).

Em paralelo à proteção ambiental e social, Helsinque deseja aproveitar o potencial econômico da região ártica, especialmente do ponto de vista logístico. Por não ter acesso ao Oceano Ártico e, conseqüentemente, à Rota do Mar do Norte, a Finlândia cogitou a possibilidade de construir uma ferrovia que ligaria a Lapônia e os três países bálticos - Lituânia, Letônia e Estônia - cortando o território finlandês de norte a sul (KÄHKÖNEN; NYSTÉN-HAARALA, 2022). O empreendimento foi suspenso em razão dos custos elevados e é um exemplo de como a intenção finlandesa de combinar o desenvolvimento do Ártico e as demandas das populações tradicionais requer ajustes na prática, já que o anúncio repentino do projeto foi seguido por reações contrárias dos Sámi, aflitos com o desmatamento que poderia ocorrer nas áreas de pastagem dos seus rebanhos de renas (KÄHKÖNEN; NYSTÉN-HAARALA, 2022). Tal episódio revela como, mesmo nos países que tratam sobre as realidades das minorias indígenas boreais em seus discursos, como é o caso da Finlândia, ainda há que se aprender a lidar empiricamente com a convivência entre as pressões protecionistas das tradições desses grupos e as novas vontades econômicas dos Estados no Ártico.

6.6 Islândia

A Islândia é uma ilha com parte de suas águas territoriais no Mar da Groenlândia, um braço hidrográfico do Oceano Ártico. A partir dessa posição geográfica, como elaboram Dodds e Ingimundarson (2012), o país afirma possuir litoral boreal, alegação que não é tida como válida pelo *Arctic Five*, composto por Canadá, Dinamarca, EUA, Noruega e Rússia, todos com costa diretamente no Oceano Ártico. Como meio de reforçar a sua autoidentificação como Estado ártico litorâneo, o governo islandês adota uma interpretação bastante abrangente ao definir o Ártico, estendendo-o até o Atlântico Norte, região em que o território da Islândia está incontestavelmente localizado (ISLÂNDIA, 2021). No prefácio da sua estratégia ártica, Reykjavik chega até a declarar que a “Islândia é o único Estado ártico que pode ser considerado como inteiramente situado no Ártico como ele é mais comumente delimitado” (ISLÂNDIA, 2021, p. 1, tradução nossa).

O documento que norteia a política islandesa para o Ártico é uma resolução do Althing, o parlamento nacional, que foi atualizada pela última vez em 2021 e elenca 19 metas que compõem um *framework* bem completo, dentre as quais sublinha-se:

1. Participar ativamente na cooperação internacional nos assuntos relativos à região ártica, baseado nos valores que guiam a política externa islandesa, incluindo a paz, a democracia, os direitos humanos e a igualdade;
2. Continuar a apoiar o Conselho Ártico e promovê-lo como o fórum mais importante para consulta e cooperação nos assuntos relativos à região;
3. Promover a resolução pacífica de disputas que podem surgir na região ártica, assim como respeitar as leis internacionais, incluindo a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e tratados internacionais de direitos humanos;
- [...]
5. Focar no combate às mudanças climáticas e nas respostas aos seus efeitos negativos na região ártica;
6. Colocar a proteção ambiental em primeiro lugar, incluindo a proteção da biota e da biodiversidade da região ártica;
- [...]
9. Zelar pelo bem-estar dos habitantes da região ártica, incluindo as oportunidades para se sustentarem e o seu acesso à comunicação digital, à educação e aos serviços de saúde, apoiando também os direitos dos povos indígenas e a igualdade para todos, bem como os esforços para proteger a herança cultural e as línguas dos povos árticos;

10. Utilizar as oportunidades econômicas possíveis na região ártica com um olho na sustentabilidade e no uso responsável dos recursos;

[...]

14. Proteger os interesses securitários de caráter civil, fundamentados na Política de Segurança Nacional, monitorar rigorosamente os desenvolvimentos de segurança em cooperação com as outras nações nórdicas e nossos aliados da OTAN, opor-se à militarização e trabalhar propositadamente para a manutenção da paz e da estabilidade na área;

15. Considerar positivamente o crescente interesse nos assuntos relativos à região ártica de partes externas à região, desde que elas respeitem as leis internacionais e as condições dos oito Estados árticos, e comportem-se de maneira pacífica e sustentável (ISLÂNDIA, 2021, p. 3-5, tradução nossa).

A nomeação da Islândia para a presidência do Conselho Ártico no período 2019-2021 exigiu que o país desse preferência a alguns dos tópicos da sua agenda, visto que ela é muito extensa para ser coberta na íntegra em um mandato. Os representantes islandeses optaram então por preconizar a preservação do ambiente marinho ártico, o desenvolvimento de soluções de energia renovável para frear as mudanças climáticas e o fortalecimento institucional na interface com as comunidades nativas do Ártico, temas menos polêmicos (TWA, 2021). Apesar de já ter defendido que as questões de segurança deveriam ficar fora do escopo do Conselho Ártico, pois isso permitiria que os membros tivessem discussões construtivas em outras frentes, a Islândia flexibilizou sua opinião e endossou o pedido da Finlândia de adicionar a defesa militar na pauta das reuniões do órgão em 2019 (TOMMERBAKKE, 2019). Isso é um eco da própria preocupação interna islandesa com a escalada geopolítica boreal ao longo da década de 2010.

Por não possuir forças armadas, a Islândia depende substancialmente da OTAN para se defender de ataques e articular retaliações, cedendo terrenos na ilha para bases militares estadunidenses em troca da aliança com Washington; que por sua vez tira proveito do posicionamento privilegiado islandês como ponto de apoio tanto para o efetivo voltado ao Ártico, quanto para o contingente que patrulha o Atlântico Norte. As apreensões com os exercícios navais russos na zona polar setentrional fizeram com que a Marinha dos Estados Unidos retornasse à lotação na Islândia em si e remanejasse aeronaves para uma área que estava desguarnecida desde 2006 (PETTERSEN, 2016). Logo, é evidente que a manutenção de boas relações com os EUA é essencial para o governo islandês para muito além do programa ártico, envolvendo a defesa do seu território como um todo.

Curiosamente, a China é outra nação com a qual a Islândia possui vínculos íntimos. A crise financeira de 2008 impactou severamente a liquidez bancária da ilha e Reykjavik encontrou em Pequim um parceiro comercial com interesse e capacidade de investir na recuperação da economia islandesa. Segundo Lanteigne (2016), a expertise em energia geotérmica, a localização favorável para pesquisas científicas e o potencial para ser um núcleo global de infraestrutura de telecomunicações foram alguns dos fatores que motivaram os chineses a empreender no mercado islandês. O sucesso dessa aproximação deixa a Islândia em um contexto delicado, pois se vê dividida entre os EUA, guardiões da sua segurança, e a China, pilar da restauração da sua economia, em um cenário de rivalidade entre ambos os Estados pela hegemonia mundial.

Nesse sentido, a estratégia boreal da Islândia não toma partido em assuntos controversos para evitar que demais setores domésticos sensíveis sejam afetados em resposta ao fato de que o país contrariou as opiniões dos seus aliados militares ou econômicos. Isso não significa que a conduta islandesa no Ártico é neutra, mas sim que é determinada muito cautelosamente para impedir danos colaterais em outras áreas do planejamento nacional. Tomando a abertura das novas rotas marítimas árticas como exemplo, a Islândia, que poderá se beneficiar de portos que atendam a Rota do Mar do Norte e a Rota Marítima Transpolar ao mesmo tempo, nem cita nominalmente essas oportunidades na sua política ártica, uma escolha premeditada para não levantar o debate sobre as condições de construção e uso de tais terminais portuários se os acessos ao Oceano Ártico continuarão bloqueados pelo gelo no curto/médio prazo (BENNETT, 2019). A vulnerabilidade do governo islandês por estar profundamente sujeito a Washington de um lado e a Pequim de outro traz o desafio de harmonizar a abrangente visão de futuro da Islândia para o espaço ártico com as propensões individuais dos Estados Unidos e da China, o que também é uma ocasião ímpar para mediar o diálogo entre esses dois países e assim desempenhar um papel crucial na efetiva estabilidade de um Ártico pacífico e sustentável.

6.7 Noruega

Com cerca de um terço do seu território, 80% dos seus domínios marítimos e 10% de sua população localizados acima do Círculo Ártico (NORUEGA, 2020), a Noruega foi uma das primeiras nações a formular uma política boreal, publicando-a em 2005. O documento foi

revisado em 2011 e, posteriormente em 2020, para acompanhar as mudanças climáticas e as novas oportunidades econômicas que surgiram na região. Tamanha é a importância da zona polar setentrional para o governo norueguês que a atualização da estratégia teve implicações diretas na definição dos programas de defesa e desenvolvimento econômico do país como um todo. Dado que a proteção e a estabilidade do Ártico não são encaradas por Oslo como prioridades, mas sim como responsabilidades, cujo dever de cumpri-las depende da cooperação multilateral com o restante da comunidade internacional (NORUEGA, 2020), é possível observar o papel central que a agenda ártica exerce tanto no contexto interno, quanto nas políticas externas da sociedade norueguesa.

Uma das mudanças mais expressivas nos posicionamentos da Noruega ao longo do século XXI foi a substituição da ideia de *High North* pela definição mais convencional de Ártico, um movimento motivado pela tentativa de se aproximar dos entendimentos dos demais Estados árticos para facilitar o diálogo e a colaboração mútua. Até 2020, o reino norueguês traçava como escopo da sua política boreal “as áreas terrestres e marítimas entre Helgeland ao sul, o Mar da Groenlândia a oeste e o Mar de Pechora (no canto sudeste do Mar de Barents) a leste” (NORUEGA, 2020, p. 7, tradução nossa), um recorte espacial que atendia especificamente aos interesses geopolíticos do país. A renúncia dessa delimitação em prol do Círculo Ártico como fronteira polar, em linha com os pareceres oficiais do Conselho Ártico, sediado inclusive em Tromsø, a maior cidade ártica norueguesa, foi um passo simbólico na direção do consenso entre as nações boreais, pauta muito apoiada por Oslo.

Repensando a sua estratégia para adequá-la aos objetivos no Ártico das várias associações das quais a Noruega faz parte, tais como o Conselho Ártico, o Conselho Euro-Ártico de Barents, a União Europeia, a OTAN, dentre outras, sem sacrificar as pretensões individuais de Oslo no processo, a versão de 2020 da política norueguesa é ampla ao mencionar que:

As metas abrangentes da política do governo no Ártico são:

- a paz, a estabilidade e a previsibilidade;
- a cooperação internacional e a ordem legal internacional;
- a gestão integrada e baseada no ecossistema;
- os aumentos na criação de empregos e de valores;
- a cooperação mais próxima entre o setor empresarial e as instituições de pesquisa;
- os esquemas efetivos de bem-estar que garantam que a Noruega Setentrional seja um lugar atrativo para se viver (NORUEGA, 2020, p. 6, tradução nossa).

A segurança é o elemento-chave para que todos os pontos acima sejam alcançados, sobretudo quando considera-se que uma parcela relevante da massa norueguesa reside em áreas boreais e precisa, em primeiro lugar, gozar de amparo à vida, incluindo a preservação de suas atividades econômicas. Para viabilizar a manutenção da ordem e impedir a emergência de conflitos no Ártico, a Noruega busca estabelecer relações bilaterais com as partes interessadas mais suscetíveis a disputas na região, em complemento à sua atuação como fomentadora de parcerias no âmbito das organizações de cooperação internacional, leia-se principalmente o Conselho Ártico. Nesse sentido, Østhagen (2021) menciona que Oslo e Moscou são aliados de longa data para conter eventuais agressões que ameacem os seus cidadãos que habitam territórios árticos. Porém, diante dos avanços russos na Crimeia e na Ucrânia, bem como do crescente foco do Kremlin na modernização das suas bases militares na Península de Kola, vizinha da Finlândia (BERMUDEZ JUNIOR, 2020), o governo norueguês teme uma escalada de tensão e vem se reengajando com a OTAN (ØSTHAGEN, 2021) e com a Cooperação Nórdica de Defesa (DAHL, 2021) como prevenção a ataques que ponham os seus interesses boreais em risco.

Vale destacar também que a Noruega e a Rússia discordam sobre a administração de Svalbard, um arquipélago famoso no hemisfério norte pela prática da baleação. Como explica Østhagen (2021), após a Primeira Guerra Mundial, a Conferência de Paz de Paris preparou vários documentos para definir como seria organizado o tabuleiro internacional, dentre eles o Tratado de Svalbard de 1920, que concedia oficialmente a soberania sobre esse conjunto de ilhas para o governo norueguês, sob a condição de que todos os países tenham direitos iguais de exploração comercial das águas territoriais ao redor do local. No entanto, a UNCLOS, disposição máxima no que tange à demarcação dos limites marítimos, foi redigida décadas mais tarde, gerando ambiguidade na interpretação retroativa do conteúdo do Tratado.

A autoridade norueguesa entende que, por deter a posse de Svalbard, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da região, faixa evidentemente não prevista no pacto que determinou a atribuição das ilhas, está reservada para uso privativo de Oslo. Para apaziguar os ânimos dos Estados que acreditam que essa reivindicação é infundada, ao invés de estabelecer uma ZEE, a Noruega traçou uma Zona de Proteção Pesqueira e passou a fixar as cotas de captura de peixe permitidas a cada nação no raio de 200 milhas marítimas em torno do arquipélago (ØSTHAGEN, 2021). Embora cumpra com o seu teto, a Rússia opõe-se a essa

postura, dizendo que o Tratado de 1920 restringia-se aos terrenos e às águas territoriais e, portanto, as tentativas monopolistas de apropriação de uma porção maior do Oceano Ártico pelos noruegueses são ilegítimas, devendo o espaço permanecer proibido para uso econômico (ØSTHAGEN, 2021). Conforme Pedersen (2009), há ainda uma terceira corrente, encabeçada pela Dinamarca, que afirma que o acesso igualitário deliberado originalmente é aplicável para a área coberta pela ZEE porque o propósito mais amplo do Tratado de Svalbard era compartilhar os recursos disponíveis entre todas as nações. Complicando o debate, o reino norueguês já possui um pedido em tramitação junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental que, se aprovado, adicionaria uma vasta extensão oceânica, até mesmo trechos em litígio como Svalbard, na jurisdição naval do país (JENSEN, 2020). Essa rixa demonstra o quanto polêmicas podem ser as divisões das terras e águas boreais à luz de acordos antigos que, via de regra, não foram devidamente reexaminados desde a sua promulgação.

A questão indígena aparece de modo transversal na política ártica norueguesa, que reconhece explicitamente as contribuições dos Sámi e dos Kvens na identidade nacional. Ambas as etnias beneficiam-se de projetos governamentais de preservação cultural e são convidadas a participar dos exercícios legislativos domésticos que versam sobre a zona polar setentrional, o seu lar histórico. Os Sámi contam até com um ato que declara a sua governança autônoma ao compor um parlamento próprio - Sameting - que reporta, em última instância, para o reino (NORUEGA, 2007). Exteriormente, a Noruega e a Finlândia trabalham juntas para aumentar a influência do Conselho Sámi em fóruns internacionais, respaldando a cadeira de tal órgão no Conselho Ártico e no Conselho Euro-Ártico de Barents por representar o povo nativo mais numeroso da Escandinávia (NORUEGA, 2020). Nota-se assim que a preocupação em proteger a população do país que mora no Ártico não exclui as comunidades tradicionais; pelo contrário, os noruegueses buscam empoderá-las para fortalecer o senso de pertencimento a uma só nação.

Outro aspecto que permeia a estratégia boreal da Noruega como um todo é a sustentabilidade. As mudanças climáticas que alteram irreversivelmente os habitats árticos, o derretimento criosférico acelerado, o aquecimento e a acidificação dos oceanos, a perda de biodiversidade como consequência das pressões ambientais sob as quais o Ártico está submetido, e a disseminação de lixo marinho e dos microplásticos são alguns dos desafios ecológicos elencados por Oslo para os próximos anos (NORUEGA, 2020). O plano de resposta envolve incentivar a pesquisa científica na busca por soluções que ajudem a frear os

impactos negativos das ações antrópicas no ecossistema polar (NORUEGA, 2020). Paralelamente, a diplomacia norueguesa posta-se como uma liderança na criação de medidas internacionais que contenham atividades altamente poluentes e nocivas à conservação ártica, sublinhando novamente a cooperação internacional como base para o sucesso.

A Noruega almeja o bem-estar dos seus moradores, quer estejam situados no Ártico ou não. Para assegurar que isso seja alcançado, o reino lança mão do protagonismo na promoção da cooperação internacional, particularmente em tópicos securitários e preservacionistas, e se esforça para estender a participação política a grupos muitas vezes ignorados, como é o caso dos Sámi. Mesmo tendo um perfil pacifista e colaborativista, favorável ao consenso entre os Estados, a autoridade norueguesa esbarra em desavenças ligadas à soberania, como a discussão sobre a posse de Svalbard. Isso aponta a indissociabilidade entre o valor geopolítico da região ártica, por ser um lugar ainda pouco explorado e com possibilidades econômicas cada vez mais atrativas, e os planejamentos individuais das nações para o espaço boreal, que vão de encontro uns aos outros em graus variados e podem se desdobrar em confrontos no futuro se não houver uma estrutura sólida de mediação, aceita tanto pelos países árticos, quanto pelos não-árticos que guardam interesses na zona polar setentrional.

6.8 Rússia

Segundo Heininen, Sergunin e Yarovoy (2014), a Rússia é o país com maior presença no Ártico, seja em termos físicos, abrangendo mais de 50% do litoral do Oceano Ártico, seja em termos populacionais, com aproximadamente dois milhões e meio de habitantes em territórios boreais. Tal expressividade por si só faz com que o desenvolvimento da região esteja dentre as principais prioridades nacionais. A competição geopolítica recente na faixa ártica reforça essa percepção. Moscou crê que a área é essencial para recuperar a pujança econômica e militar russa, assim voltando a alçar a nação a uma posição hegemônica mundialmente, vide Heininen, Sergunin e Yarovoy (2014). Como resultado dessa visão, o Kremlin incrementou o orçamento para obras de infraestrutura em seus domínios árticos, desde a construção de gasodutos até a modernização de bases aéreas e navais, durante a década de 2010 (BERMUDEZ JUNIOR, 2020), fato que preocupa os demais membros do *Arctic Five*, receosos de que os investimentos, em especial aqueles ligados às forças armadas, desestabilizem a zona polar setentrional, relativamente pacífica até então.

Para Kluge e Paul (2020), esse movimento do governo russo pode ser entendido como parte de uma estratégia mais ampla, iniciada em 2009 com a promulgação de um conjunto de diretrizes fundamentais para as políticas boreais russas, material que inspirou a elaboração subsequente dos planos 2013-2020 e 2020-2035 para o Ártico, anunciados pelo presidente Vladimir Putin. No documento inaugural divulgado por Moscou, sinaliza-se que as discussões a serem realizadas devem obrigatoriamente considerar que:

Os interesses nacionais básicos da Federação Russa no Ártico são:

- a) o uso da zona ártica da Federação Russa como uma base estratégica de recursos da Federação Russa, fornecendo a solução para problemas de desenvolvimento social e econômico do país;
- b) a manutenção do Ártico como uma zona de paz e cooperação;
- c) a preservação dos sistemas ecológicos únicos do Ártico;
- d) o uso da Rota do Mar do Norte como a única via de transporte nacional da Federação Russa no Ártico (RÚSSIA, 2009, seção II, item 4, tradução nossa).

Como um desdobramento dessas quatro premissas, a declaração vai além e define, como metas mínimas, que:

Os objetivos básicos da política estatal da Federação Russa no Ártico são:

- a) na esfera do desenvolvimento social e econômico - uma expansão da base de recursos da zona ártica da Federação Russa, substancialmente capaz de atender às necessidades da Rússia em recursos de hidrocarbonetos, recursos biológicos hídricos e outros tipos de matérias-primas estratégicas;
- b) na esfera da segurança militar, defesa e proteção das fronteiras da Federação Russa na zona ártica da Federação Russa - a manutenção de um regime favorável na zona ártica da Federação Russa, incluindo a manutenção do potencial de combate necessário de grupos das Forças Armadas da Federação Russa, outros exércitos, formações militares e órgãos nessa região;
- c) na esfera da segurança ambiental - a preservação e a manutenção da proteção ambiental do Ártico [...]
- d) na esfera das tecnologias de informação e comunicação - a formação de uma área de informação uniforme na zona ártica da Federação Russa, levando em conta especificidades naturais;
- e) na esfera da ciência e tecnologia - a manutenção de um nível suficiente de pesquisas científicas fundamentais e aplicadas, acumulando conhecimento e criando bases científicas e de geoinformação modernas para a gestão dos territórios árticos [...]

f) na esfera da cooperação internacional - a manutenção da cooperação bilateral e multilateral mutuamente vantajosa para a Federação Russa e os Estados sub-árticos baseado em tratados e acordos internacionais dos quais a Federação Russa faz parte (RÚSSIA, 2009, seção III, item 6, tradução nossa).

A escolha desses tópicos revela aspectos primordiais sobre a maneira como o Kremlin enxerga o futuro da região ártica. Como explicam Heininen, Sergunin e Yarovoy (2014), a Rússia claramente deseja estimular a economia boreal para aliviar pressões internas no abastecimento de *commodities*, geração de empregos, povoamento do seu território, etc, e aproveitar a sua localização geográfica privilegiada para acumular poder mais uma vez. O Ártico é a sua “solução para problemas”, como o trecho acima coloca. No entanto, o ímpeto de valer-se do espaço polar e garantir a segurança dele provoca reações dos outros Estados árticos, cujos interesses nem sempre dialogam com as intenções dos russos. Por exemplo, os países nórdicos dão grande importância à busca pela sustentabilidade dos empreendimentos árticos, recorte que é mencionado superficialmente nas publicações de Moscou e que não parece receber muita atenção. A cooperação internacional, citada na estratégia russa como um elemento basilar, é posta em dúvida quando se analisa o histórico expansionista e as anexações da Crimeia e da Ucrânia nos últimos anos.

A referência explícita à Rota do Mar do Norte como um canal central na malha logística russa também é um ponto controverso. O gabinete de Putin alega que esse atalho marítimo é de uso exclusivo do país, já que o trajeto conecta o litoral ártico da Rússia de ponta a ponta (YERMAKOV; YERMAKOVA, 2021). O argumento é rebatido pelo restante da comunidade internacional, que gostaria de se beneficiar do percurso sem depender da interferência de Moscou no acesso a ele (YERMAKOV; YERMAKOVA, 2021). As posturas arrojadas do Kremlin nas disputas por soberania nas águas boreais agravam os temores de que as rivalidades possam se traduzir em violência e de que, em um eventual cenário de controle da Rota do Mar do Norte pelo governo russo, abusos possam ocorrer, uma vez que há precedentes nesse sentido.

No pleito para a revisão da sua plataforma continental, visando alargar as suas possessões no Oceano Ártico, a Rússia foi a primeira nação a reivindicar a Dorsal de Lomonosov, plantando a sua bandeira no leito oceânico em uma demonstração de que a área estava sob a sua tutela, mesmo com o processo ainda em avaliação na Comissão de Limites estabelecida pela UNCLOS, vide MacNeill (2020). O comportamento atrevido foi respondido

com petições do Canadá e da Dinamarca que se sobrepõem ao traçado apresentado pela Rússia, transformando essa cordilheira submarina em foco de uma contestação que não foi resolvida e que, de todo modo, expôs as fragilidades do texto da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar quando aplicado na região boreal, onde frequentemente há intersecções das linhas litorâneas.

A projeção da influência russa no Ártico não se restringe a reclamações jurídicas sobre a legitimidade dos direitos de exploração de determinados locais. Um outro artifício de que o Kremlin lança mão é a simbologia das suas atitudes. Em Svalbard, um arquipélago administrado pela Noruega no qual vigoram normas de uso internacionais, que permitem o livre acesso dos Estados aos recursos naturais e proíbem a instalação de bases militares, o segundo maior assentamento é Barentsburg (KOSTIN, 2022). A economia dessa pequena cidade gira em torno de uma mina de carvão, financiada pela Rússia apesar dos retornos deficitários (KOSTIN, 2022). O propósito desse investimento não é auferir lucros pela extração de carvão e sim dar ângulo para barganha caso um negócio mais atrativo, como a prospecção de petróleo, seja viabilizado. Na tentativa de associar uma imagem russa às ilhas, o governo Putin abriu até um consulado, situado em um prédio com um imenso painel nas cores da bandeira da Rússia, neste município que não chega a 500 moradores (KOSTIN, 2022), uma medida desproporcional e que serve quase tão somente para afirmar o comando russo indireto de Svalbard.

Embora Moscou tenha um leque variado de ferramentas para materializar a sua estratégia boreal, particularmente no que diz respeito ao uso econômico da região, a mobilização militar sob o pretexto securitário é o método adotado em maior escala e aquele que mais aflige a comunidade internacional, pois produz um quadro de tensão em que ataques podem ser desferidos contra qualquer um e a qualquer momento. A Rússia está em uma campanha de revitalização das suas capacidades bélicas no Ártico, deslocando submarinos nucleares e sistemas de mísseis balísticos de alta precisão para postos como a Península de Kola, na fronteira com a Finlândia, o que suscita em resposta a candidatura inédita de países escandinavos como a Suécia e a própria Finlândia na OTAN (BERMUDEZ JUNIOR, 2020).

Como atenta Savitz (2021), ativos navais russos estão se intensificando também em um ponto de estrangulamento do Atlântico Norte conhecido como *GIUK Gap*: dois corredores entre a Groenlândia, a Islândia e o Reino Unido pelo qual atravessam cabos de telecomunicações e embarcações/aeronaves que abastecem as guarnições estadunidenses

lotadas na Europa. Ao consolidar a sua força em passagens estreitas como essas, que possuem, portanto, elevado valor geopolítico, uma tática que já era detalhada na teoria do poder marítimo de Mahan no século XIX, o Kremlin ambiciona exercer novamente um papel decisivo nos rumos da ordem mundial, o que não é bem visto pelas potências ocidentais e seus aliados, hoje ocupando um lugar de destaque na mesma.

Em complemento aos mecanismos individuais descritos, a Rússia tem a oportunidade de direcionar a agenda ártica por meio da efetiva cooperação internacional durante o seu mandato à frente do Conselho Ártico no período 2021-2023. A nomeação do país para a presidência do órgão acontece em uma conjuntura de deterioração do relacionamento entre Moscou e o Ocidente, em represália à guerra na Ucrânia. Somam-se a isso dilemas como o ritmo acentuado da militarização russa no Ártico, que levanta o debate sobre as regulações das ações nacionais de defesa, pauta que o Conselho Ártico não costuma abordar por se assumir apenas como um fórum amistoso de diálogo (YOUNG, 2012); bem como o contraste entre a rapidez das mudanças climáticas e a perspectiva de ganhos econômicos da Rússia com o derretimento do gelo marinho derivado do aumento das temperaturas médias globais (DEVYATKIN, 2022). Se tais polêmicas vierem à tona e impactarem as conversas em outras frentes, os participantes da organização lidarão com um dos desafios mais sensíveis desde o surgimento do bloco, uma experiência que pode ser parâmetro para circunstâncias delicadas ainda por vir.

A expectativa dos Estados árticos é de que os russos tenham uma gestão discreta para contrabalançar o atrito comercial que o Kremlin enfrenta em decorrência das intrusões no Leste Europeu. A política boreal da Rússia é sucinta em temáticas domésticas, pouco propensas a desencadear conflitos externos, como a proteção das culturas nativas, que nem é listada como um pilar estratégico na publicação oficial de Moscou, porém aparece como a primeira prioridade no relatório de posse na liderança do Conselho Ártico (CONSELHO ÁRTICO, 2021). Países como Finlândia, Noruega e Canadá possuem expertise nesse tipo de conteúdo e podem ser parceiros na elaboração de programas que atendam às demandas de mais de 40 etnias indígenas russas que residem nas províncias do Extremo Norte, Sibéria e Extremo Oriente, agrupadas na Associação Russa dos Povos Indígenas do Norte (RAIPON), entidade que é membro permanente do Conselho Ártico (CONSELHO ÁRTICO, 2021). O engajamento com instituições similares para trocar conhecimentos e assegurar as atividades tradicionais desses povos deve ser um item em voga no triênio em que o governo russo estiver

como responsável pelas reuniões do órgão, avançando na diversificação da agenda sem tocar em contradições.

A Rússia vem obedecendo às disposições legais no que tange à zona polar setentrional, mas o acirramento geopolítico na região dá indícios de que o modelo de governança vigente no começo do século XXI pode não ser capaz de resolver as novas questões que aparecem à medida que as possibilidades econômicas do Ártico estão cada vez mais próximas da realidade. Fica a ver se, mesmo diante de uma defasagem do sistema internacional nos assuntos árticos, Moscou continuará paciente e agindo segundo os padrões da boa convivência ao invés de optar por ditar as regras autonomamente e assim pôr em risco a chance valiosa de se reposicionar na ordem mundial sendo protagonista nas águas e terras boreais.

6.9 Suécia

Embora sem acesso ao Oceano Ártico, o que impede a participação no *Arctic Five*, bloco composto exclusivamente por Estados com litoral boreal, os dois condados mais ao norte no Reino da Suécia, Västerbotten e Norrbotten, estão localizados acima do Círculo Ártico (SUÉCIA, 2020). Esses territórios representam juntos cerca de um terço do território sueco e menos de 5% da população do país (CALAIS, 2020). A preocupação em solucionar o descompasso demográfico interno estimulando atividades econômicas nas possessões na zona polar setentrional, somada às intenções de Estocolmo de ser uma liderança internacional no combate às mudanças climáticas, foram fatores-chave na elaboração da estratégia ártica da Suécia em 2011, quando o governo sueco assumiu a presidência do Conselho Ártico pela primeira vez (SUÉCIA, 2020).

Tal documento estruturou as políticas boreais do país ao longo da década de 2010, sendo revisado em 2020 e consolidando como áreas temáticas a serem trabalhadas:

1. Colaboração internacional;
2. Segurança e estabilidade;
3. Clima e o meio ambiente;
4. Pesquisa polar e monitoramento ambiental;
5. Interesses comerciais e desenvolvimento econômico sustentável;
6. Garantia de boas condições de vida (SUÉCIA, 2020, p. 6, tradução nossa).

A manutenção da cooperação internacional no Ártico, respeitando o arcabouço jurídico já existente, é um dos objetivos centrais da Suécia. Isso é demonstrado pelo forte engajamento não só no Conselho Ártico, o principal fórum voltado para a região, como também no Conselho Euro-Ártico de Barents (SUÉCIA, 2020); nos relacionamentos bilaterais com EUA, Canadá e Rússia, potências de grande influência na faixa ártica (SUÉCIA, 2020); no diálogo com o Conselho Sámi, órgão que dá voz a uma etnia indígena tradicional, habitante do norte da Escandinávia, incluindo terras suecas (SUÉCIA, 2020); e até na aproximação com a União Europeia para que Estados não-árticos apoiem o desenvolvimento boreal sustentável (SUÉCIA, 2020). Chama bastante atenção o compromisso de estabelecer uma base ampla para as parcerias na zona polar setentrional, inserindo-as dentro de um contexto global e mobilizando outras pautas sociais nesse mesmo exercício, ao afirmar que:

A cooperação internacional da Suécia no Ártico será guiada pelos princípios básicos das suas políticas externas e securitárias para apoiar a ordem mundial regulamentada, os direitos humanos, a democracia, os princípios do Estado de direito, a igualdade de gênero, bem como a política externa feminista da Suécia e os principais objetivos dos *frameworks* globais da Agenda 2030 e do Acordo de Paris para a ação climática global. A Suécia defenderá os direitos, perspectivas e interesses dos povos indígenas e trabalhará para uma maior participação dos jovens e das mulheres nos processos políticos sobre o Ártico (SUÉCIA, 2020, p. 12, tradução nossa).

Conforme Yoneva (2017), no que tange à continuidade da paz na região ártica, o governo sueco não se envolveu em quaisquer disputas territoriais desde a segunda metade do século XX. Ainda segundo Yoneva (2017), a neutralidade histórica do país na porção boreal faz com que Estocolmo possa mediar conflitos entre outras nações e, portanto, viabilizar que o Ártico siga livre de hostilidades. Apesar de gozar dessa posição diplomática privilegiada, a Suécia assiste com aflição à rápida mudança na dinâmica militar das águas árticas, palco cada vez mais frequente de movimentações de embarcações russas, estadunidenses, chinesas, canadenses, dentre outras, o que pode resultar em desavenças. A incursão da Rússia no Leste Europeu a partir de meados dos anos 2010, com a anexação da Crimeia e a posterior invasão da Ucrânia, alarmou ainda mais a autoridade sueca, que respondeu aos episódios candidatando-se à OTAN (HARDING, 2022) e intensificando as trocas de inteligência no

âmbito da Cooperação Nórdica de Defesa (DAHL, 2021), postura muito similar à da Finlândia no período.

Além da salvaguarda de um Ártico pacífico, a proteção da faixa boreal nos níveis ambiental e sociocultural é um aspecto marcante da estratégia sueca. Ciente das possibilidades econômicas que se descortinam no Oceano Ártico à medida que novas rotas marítimas são abertas e que a exploração dos recursos minerais torna-se factível, a Suécia “deseja ser líder mundial em pesquisa polar com capacidade para expedições durante o ano inteiro e que a pesquisa polar sueca tenha um grande impacto internacionalmente” (SUÉCIA, 2020, p. 37, tradução nossa). A expectativa de Estocolmo é que o sucesso na frente científica propicie avanços nas demais dimensões do seu programa ártico, pois a criação de tecnologias que permitam o aproveitamento sustentável da zona polar setentrional surtiria o duplo efeito de fomentar a economia e frear as mudanças climáticas, o que por sua vez poderia significar a garantia ou até a melhoria das condições de vida da população que reside ao norte do Círculo Ártico (SUÉCIA, 2020). A integração das diferentes prioridades em uma diretriz coesa para as políticas boreais, estabelecendo vínculos diretos com uma gama de outras agendas internacionais, é uma inovação do governo sueco. A cooperação internacional, essencial para o êxito da plataforma proposta, é posta em xeque em meio ao cenário de acirramento das rivalidades geopolíticas no Ártico e tende a ser o ponto mais difícil na efetiva realização dos ideais traçados.

7. Outros Atores Internacionais Presentes no Ártico

Em complemento à figura das nações apresentadas na seção anterior, organizações multilaterais, organizações não governamentais com foco em pautas ambientais e até países do hemisfério sul, dentre outras entidades, também são, ou podem passar a ser, ativos na região ártica, levantando suas próprias agendas. O estudo delas é indispensável no exercício de caracterização geopolítica, já que alertam para questões que nem sempre são consideradas na íntegra pelos tomadores de decisão dos Estados árticos enquanto idealizadores dos programas defendidos por cada nação. Além do enriquecimento das discussões boreais pela abertura a olhares distintos, as partes interessadas não-estatais em particular tendem a recorrer à opinião pública para reverberar o seu discurso, tática essa que pode acabar modelando o contexto geopolítico pelas pressões domésticas que suscita.

7.1 União Europeia

O envolvimento da União Europeia (UE) no Ártico é caracterizado pela ambivalência. Por um lado, o bloco possui presença geográfica na zona polar setentrional, uma vez que três dos seus Estados-membros - Dinamarca, Finlândia e Suécia - são também considerados Estados árticos. Em contrapartida, pelo menos três fatores tornam complexos e controversos os esforços da UE de colaborar ativamente nas discussões boreais: a falta de acesso direto ao Oceano Ártico, já que a Groenlândia não faz parte da associação desde 1985, como aponta Eritja (2017); a insistência das declarações oficiais em retratar a UE como a solução para os desafios da região ártica, vide Stepien e Koivurova (2017); e a oscilação no efetivo engajamento do órgão na faixa ártica, dominado por pressões esporádicas de grupos preocupados com as mudanças climáticas, a proteção animal ou empreendimentos comerciais, como também propõem Stepien e Koivurova (2017).

Ainda segundo Stepien e Koivurova (2017), os debates no Parlamento Europeu parecem divididos entre as lideranças políticas e sociais que tomam o Ártico como um símbolo das transformações ambientais do planeta para propor medidas de combate às ações antropogênicas mais danosas, e os representantes de visão mais moderada, sensíveis às demandas das populações tradicionais e ao desenvolvimento econômico que poderia ser viabilizado diante do derretimento criosférico. O choque entre essas duas correntes faz com

que a interferência da União Europeia nos temas boreais, divulgando inclusive uma estratégia ártica própria, não seja geralmente bem-vista pelos Estados árticos externos a ela, ou seja, Canadá, EUA, Islândia, Noruega e Rússia, que compõem a maioria no Conselho Ártico.

A título de ilustração, a comunicação conjunta da Comissão Europeia em 2021 menciona que “os Estados árticos têm a responsabilidade primária de lidar com os desafios e as oportunidades dentro dos seus territórios” (COMISSÃO EUROPEIA, 2021, p. 1, tradução nossa), mas que “o interesse intensificado nos recursos e nas rotas de transporte árticas podem transformar a região em uma arena de competição local e geopolítica e de possíveis tensões, possivelmente ameaçando os interesses da UE” (COMISSÃO EUROPEIA, 2021, p. 1, tradução nossa) e que “o engajamento pleno da UE nos assuntos árticos é uma necessidade geopolítica” (COMISSÃO EUROPEIA, 2021, p. 2, tradução nossa). Por melhores que sejam as intenções e os projetos de desenvolvimento que a União Europeia vislumbre para o Ártico, o tom salvacionista do discurso, fragilizado pela participação geográfica marginal do bloco nas terras e águas boreais, não costuma angariar a simpatia dos Estados árticos, sobretudo do grupo *Arctic Five*, que reúne as nações com litoral no Oceano Ártico e, assim, as mais influentes nas pautas ligadas à região. Repensar a maneira como se posiciona no tabuleiro internacional, optando por vias mais sutis, pode ser a chave para que a UE consiga fazer valer consistentemente os seus interesses na zona mais ao norte do globo.

7.2 Organizações Não Governamentais Ambientais

Além dos Estados em si e das organizações internacionais, há de se destacar que organizações não governamentais (ONGs), normalmente com enfoque ambiental e/ou científico, possuem iniciativas na região ártica e, em alguns casos, são reconhecidas como membros observadores do próprio Conselho Ártico. Exemplos de ONGs que, não só têm cadeiras nas rodadas de discussão articuladas pelo Conselho Ártico, mas também estiveram na cerimônia de criação desse fórum de cooperação multilateral em 1996 incluem o *Advisory Committee on Protection of the Sea* (ACOPS), o Comitê Internacional de Ciências do Ártico (IASC), a União Internacional da Saúde Circumpolar (IUCH) e o Programa Ártico do World Wide Fund for Nature (WWF) (CONSELHO ÁRTICO, 2022). Isso demonstra a importância crescente do terceiro setor em pautas por muito tempo restritas aos órgãos governamentais, como as questões da governança e da conservação no espaço boreal, o que contribui na

diversificação de projetos em torno de objetivos comuns ao agregar percepções de camadas da sociedade civil que não conseguem se expressar com tanta intensidade através das estruturas políticas nacionais. A aceitação cada vez maior desse tipo de instituição é uma tendência a ser acompanhada diante da conjuntura de tensão geopolítica que pode se instaurar no Ártico ao longo do século XXI.

7.3 Ângulos para a Atuação Brasileira na Região Boreal

O Conselho Ártico, a principal instância de discussão internacional da agenda boreal, não conta com a participação de países do hemisfério sul como membros observadores, pelo menos até o início da década de 2020 (CONSELHO ÁRTICO, 2022). O Brasil é uma importante liderança político-econômica na América Latina e poderia assumir a dianteira no que tange à incorporação das contribuições dessa região nas pautas árticas, em linha com a ideia de que a conservação da zona polar setentrional é um dever global e não apenas dos Estados árticos. A diplomacia brasileira possui boas relações com nações que já fazem parte do Conselho Ártico, tais como a Rússia, a China e a Índia, parceiras do Brasil no BRICS, um bloco formado pelos mercados mundiais emergentes. Esse histórico de cooperação em outras áreas dá espaço para uma aproximação também nos debates que dizem respeito ao Ártico, eventualmente até conseguindo apoio para a candidatura do governo brasileiro a uma posição permanente nas mesas de negociações que versam sobre as questões boreais, como suscitado por Santos *et al.* (2018).

Ainda que esteja geograficamente distante do Círculo Ártico, o Brasil tem experiência em assuntos polares pelo seu trabalho científico na Antártica, o que pode trazer olhares diferentes quanto aos desafios que surgem na faixa ártica. O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), instituído nos anos 1980, desenvolve uma série de pesquisas sobre o continente mais austral, resultando em grandes feitos como a operação da Estação Antártica Comandante Ferraz durante todas as estações do ano desde 1985 (CÂMARA; MELO, 2018) e, em 2012, a inauguração do Criosfera 1, “o módulo científico latino-americano mais ao sul do planeta” (CÂMARA; MELO, 2018, p. 72). O Livro Branco de Defesa Nacional, atualizado pelo Ministério da Defesa brasileiro em 2020, chega até a elencar como um dos seus pressupostos básicos “defender a exploração da Antártica somente para fins de pesquisa científica” (BRASIL, 2020, p. 34), um compromisso que poderia ser expandido para respaldar

iniciativas que visem consolidar o Ártico como um centro de produção científica, intenção que é encontrada explicitamente, por exemplo, nas estratégias boreais da Noruega e da Suécia.

Somada à sua expertise em temas polares, o Brasil é pioneiro na exploração de petróleo e gás natural em águas profundas, superando, dentre outras dificuldades técnicas para acessar as jazidas, “i. as condições prevaletentes no clima, no ambiente marinho e nas rochas abaixo do leito oceânico; ii. as grandes distâncias entre as plataformas e os poços no fundo do oceano, e entre as plataformas e o continente; iii. a invisibilidade das operações no mar” (MORAIS, 2013, p. 85). O desenvolvimento tecnológico que foi necessário para viabilizar a atividade extrativista nas camadas do pré-sal na costa brasileira pode oferecer oportunidades de diálogo com os Estados interessados na prospecção dos depósitos de hidrocarbonetos do Oceano Ártico, uma vez que esse local apresenta similarmente um nível elevado de fragilidade ambiental e requer assim cuidados específicos para evitar impactos severos no seu ecossistema.

Articulando os pontos expressos acima, Santos, Souza Júnior, Simões e Filippi assinalam que:

Neste sentido, a agenda brasileira em relação ao Ártico [...] abrangeria a pesquisa científica, o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, possivelmente a exploração de recursos naturais, especialmente pesqueiros e petróleo e gás e as (novas) rotas marítimas, com cooperação em todos estes temas.

[...] Singularmente, são de fundamental relevância para o Brasil as atividades desenvolvidas no âmbito do CA, através de seus grupos de trabalho e de pesquisa, relativas a proteção ambiental. Também a política propriamente dita de defesa da proteção do meio Ártico, que é fundamental para o equilíbrio ambiental global, considerando as interconexões globais e, especialmente, as conexões com a Antártica, que tem influência direta sobre o clima no Brasil e América do Sul, são de interesse do país. [...] Ainda, considerando sua atuação internacional é de interesse do país a manutenção da paz e da segurança na Região. Nesta ordem deve o Brasil, em conjunto com as demais nações, neste e em outros foros internacionais pertinentes, zelar para que possíveis disputas territoriais sejam superadas. Todas estas são questões de interesse do país, portanto, justificam a defesa da sua presença como membro observador permanente do CA (SANTOS; SOUZA JÚNIOR; SIMÕES; FILIPPI, 2018, p. 134-135).

A Resolução nº 7 de 31 de agosto de 2022 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, além de ratificar a adesão de Brasília ao Tratado de Svalbard, consolidou o interesse brasileiro em desenvolver atividades científicas de forma mais recorrente no Ártico, o que poderia sustentar eventualmente a ascensão do país ao status de observador do Conselho Ártico (BRASIL, 2022). Conclui-se então que o Brasil teria objetivos próprios na região ártica e que já dispõe de condições para aumentar o seu envolvimento em tal área, valendo-se do seu protagonismo econômico na América Latina e dos conhecimentos que acumulou em cenários distintos, como a campanha pelo avanço da ciência na Antártica e a busca por soluções que permitissem o aproveitamento do potencial energético das bacias petrolíferas do Sul e Sudeste brasileiros. A aplicação desses saberes na zona polar setentrional pode ampliar a compreensão dos Estados árticos sobre os dilemas com os quais lidam nessa porção do globo. Ao mesmo tempo, a capacidade de influência brasileira sobre a opinião pública internacional deveria ser reconhecida pelos fóruns multilaterais focados em tópicos boreais, não ignorada como acontece até o início dos anos 2020.

8. Conclusão

Este trabalho tinha como propósito básico investigar os documentos que orientam as condutas dos principais atores presentes nas águas e terras boreais, delineando quais são as temáticas comuns nessas diretrizes, bem como as convergências e as divergências que tais planos guardam entre si. O prognóstico de que o Ártico pode se tornar palco de rivalidades cada vez mais frequentes, à medida que as mudanças climáticas reconfiguram a região de modo que possibilidades econômicas antes inviáveis estejam gradualmente mais próximas da realidade, foi tomado como premissa para avaliar o conteúdo dos programas de cada Estado e as suas respectivas implicações em termos de relações internacionais.

Como se buscou retratar em uma das seções iniciais da monografia, o pressuposto de que o Oceano Ártico será uma potencial área de conflito no século XXI é sustentado pela interpretação geopolítica de Alfred Thayer Mahan. Sob o viés naval da teoria do poder desse pensador, associando a hegemonia mundial ao sucesso no controle dos mares, a perspectiva do degelo na zona ártica e as consequentes oportunidades inéditas tanto de navegação em um oceano que reduziria o tempo e o custo das viagens feitas até então, quanto de exploração das vastas reservas de recursos naturais disponíveis no leito desse mesmo oceano, acentuam o valor estratégico do Ártico no tabuleiro internacional, o que pode gerar desavenças.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (UNCLOS) de 1982 é o código jurídico que regula os comportamentos dos países no espaço boreal, pelo menos até a década de 2020. No entanto, os termos desse tratado são ambíguos e dão brecha para reivindicações que se sobrepõem fisicamente e assim impedem um entendimento conjunto dos limites das soberanias de cada nação no Ártico. O Conselho Ártico, fórum multilateral criado para estimular a cooperação entre os Estados árticos e fortalecer a agenda boreal em suas diversas dimensões, destaca-se como um canal conciliador, mas a veloz evolução das tensões, notada nas crescentes preocupações de natureza securitária nos posicionamentos oficiais mais recentes de cada país quando se dirigem ao meio ártico, ameaça diminuir a capacidade dessa organização internacional efetivamente prevenir hostilidades.

O acompanhamento contínuo das prioridades apontadas pelos governos em seus projetos voltados ao Ártico é, portanto, um exercício essencial para identificar quais são os interesses individuais em jogo e quais são as pautas comuns ao redor das quais podem se originar parcerias mais facilmente. As peculiaridades das visões de nove nações em relação ao

futuro do ambiente ártico foram descritas brevemente ao longo dessa pesquisa, denotando, por exemplo, quais países abordam a preservação das comunidades indígenas tradicionais (caso da Finlândia, Noruega, Suécia e, em menor grau, do Canadá), quais tratam a zona boreal quase como um foco somente de desenvolvimento econômico e de defesa (ênfase nítida na Rússia e na última atualização da posição dos EUA), quais enfrentam descrédito dos Estados árticos em virtude das suas localizações geográficas (leia-se China, Dinamarca e Islândia, por motivos diferentes), quais já disputam um mesmo trecho da faixa ártica (vide as alegações da Rússia, do Canadá e da Dinamarca de que a Dorsal de Lomonosov pertence exclusivamente a cada uma delas), quais lideram os múltiplos entendimentos internacionais sobre os direitos econômicos no arquipélago de Svalbard (Noruega, Rússia e Dinamarca sendo as três forças nesse âmbito), quais possuem um perfil mais inclinado à prática científica (como denotam os objetivos da Suécia, bem como as missões das ONGs ambientais e a imagem pretendida pelo Brasil), dentre outras categorizações possíveis.

O Ártico não está isolado da conjuntura geopolítica mundial mais ampla, o que faz com que eventos como as incursões russas na Ucrânia e, em resposta, a tentativa de entrada da Finlândia e da Suécia na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) alterem a dinâmica das estratégias boreais como um todo. A intensificação dessa integração da região ártica no contexto internacional, agravada pelas mudanças climáticas enquanto redefinidoras do papel do Ártico como dito anteriormente, é um fenômeno a ser observado mais de perto nos estudos de Relações Internacionais, inclusive no Brasil. Isso porque novas partes interessadas, como a União Europeia e as organizações não governamentais ambientais, começam a pleitear um lugar nas rodadas de conversas sobre temas árticos e, assim, globalizar a discussão sobre os deveres e os direitos no Ártico.

9. Referências Bibliográficas

AHLENIUS, Hugo. Arctic Sea Routes: Northern Sea Route and Northwest Passage. Northern Sea Route and Northwest Passage. 2016. Disponível em: <https://www.grida.no/resources/7859>. Acesso em: 23 jul. 2022.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. Alfred Thayer Mahan: Os Elementos do Poder Marítimo. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 130, n. 01/03, jan/mar. 2010.

ALYESKA PIPELINE SERVICE COMPANY. Facts: Trans Alaska Pipeline System. Anchorage: Alyeska Pipeline Service Company, 2021. Disponível em: <http://alyeska.wpengine.com/wp-content/uploads/2021/03/FactBookMarch2021.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BAILES, Alison JK; HEININEN, Lassi. Strategy Papers on the Arctic or High North: A Comparative Study and Analysis. Rovaniemi: Institute of International Affairs - Centre for Small State Studies, 2012. Disponível em: <https://www.rha.is/static/files/NRF/Publications/arcticstrats.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BAKER, Mike. With Eyes on Russia, The U.S. Military Prepares for an Arctic Future. 2022. The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2022/03/27/us/army-alaska-arctic-russia.html>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BBC. Denmark challenges Russia and Canada over North Pole. 2014. BBC. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-30481309>. Acesso em: 10 out. 2022.

BENDER, Jeremy. The Most Isolated US Military Base Could Get A Lot More Important. 2014. Business Insider. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/importance-of-us-thule-air-base-2014-11>. Acesso em: 31 jul. 2022.

BENNETT, Mia. The Arctic Shipping Route No One's Talking About. 2019. The Maritime Executive. Disponível em: <https://maritime-executive.com/editorials/the-arctic-shipping-route-no-one-s-talking-about>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BENNETT, Mia M.; STEPHENSON, Scott R.; YANG, Kang; BRAVO, Michael T.; JONGHE, Bert de. The Opening of the Transpolar Sea Route: Logistical, Geopolitical, Environmental and Socioeconomic Impacts. *Marine Policy*, Amsterdã, v. 121, n. 1, p. 104-178, nov. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308597X2030453X#abs0015>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BERMUDEZ JUNIOR, Joseph S.. The Ice Curtain: Modernization on the Kola Peninsula. 2020. Center for Strategic & International Studies. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/ice-curtain-modernization-kola-peninsula>. Acesso em: 21 ago. 2022.

BOHN, Kevin. Judge Rules Trump Executive Order Allowing Offshore Drilling in Arctic Ocean Unlawful. 2019. CNN. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2019/03/30/politics/trump-offshore-drilling-arctic/index.html>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BORGERSON, Scott. Arctic Meltdown. *Foreign Affairs*, Washington, abr. 2008. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/arctic-antarctic/2008-03-02/arctic-meltdown>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BORGERSON, Scott. The Coming Arctic Boom. *Foreign Affairs*, Washington, ago. 2013. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/commons/2013-06-11/coming-arctic-boom>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRASIL. Decreto Nº 99.165 - 12/03/1990. Brasília, 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-99165-12-marco-1990-328535-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 abr. 2022.

BRASIL. Livro Branco de Defesa Nacional: Brasil 2020. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro-branco-de-defesa-nacional-lbdn. Acesso em: 04 set. 2022.

BRASIL. Resolução nº 7/2022 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br/secirm/files/documentos/atas/resolucao-7-2022.pdf>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRIGHAM, Lawson W.. The GLACIER Conference & President Obama's Links to the Arctic. In: HEININEN, Lassi; EXNER-PIROT, Heather; PLOUFFE, Joël. 2015 Arctic Yearbook: Arctic Governance and Governing. 4. ed. Rovaniemi: Nrf, 2015. Cap. 22. p. 366-369. Disponível em: <https://viewer.joomag.com/arctic-yearbook-2015/0357456001446028961?short>. Acesso em: 07 ago. 2022.

BYERS, Michael. Cold Peace: Arctic Cooperation and Canadian Foreign Policy. International Journal. Thousand Oaks, p. 899-912. set. 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/25762047>. Acesso em: 27 jul. 2022.

BYERS, Michael; BAKER, James S.. Crossed Lines: The Curious Case of the Beaufort Sea Maritime Boundary Dispute. Ocean Development And International Law, Vancouver, v. 43, n. 1, p. 70-95, jan. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254320558_Crossed_Lines_The_Curious_Case_of_the_Beaufort_Sea_Maritime_Boundary_Dispute. Acesso em: 27 jul. 2022.

CALAIS, Louise. Sweden. 2020. Conselho Ártico. Disponível em: <https://www.arctic-council.org/about/states/sweden/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CALLAGHAN, Terry V.; SAVELA, Hannele. Introduction. In: CALLAGHAN, Terry V.; SAVELA, Hannele. *Interact: Stories of Arctic Science*. Aarhus: DCE - Danish Centre For Environment And Energy, Aarhus University, 2015. p. 10-20.

CÂMARA, Paulo Eduardo A.S.; MELO, Renato Batista de. Brasil na Antártica, Os Próximos 30 Anos. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 68, p. 64-81, ago. 2018. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/982>. Acesso em: 04 set. 2022.

CANADÁ. Canada First Defence Strategy. Ottawa, 2008. Disponível em: http://www.forces.gc.ca/assets/FORCES_Internet/docs/en/about/CFDS-SDCD-eng.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

CANADÁ. Canada's Northern Strategy: Our North, Our Heritage, Our Future. Ottawa, 2009. Disponível em: <http://library.arcticportal.org/1885/>. Acesso em: 27 mar. 2022.

CANADÁ. Statement on Canada's Arctic Foreign Policy. Ottawa, 2010. Disponível em: https://web.law.columbia.edu/sites/default/files/microsites/climate-change/files/Arctic-Resources/Arctic-Council/01_02_Canadas%20statement%20on%20arctic%20foreign%20policy%20%28booklet%29.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

CANADÁ; DINAMARCA; ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA; NORUEGA; RÚSSIA. The Ilulissat Declaration - 28/05/2008. Ilulissat, Disponível em: <https://arcticportal.org/images/stories/pdf/Ilulissat-declaration.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CARROLL, Steve. Scramble for the Seabed. 2008. *The Economist*. Disponível em: <https://www.economist.com/news/2008/11/19/scramble-for-the-seabed>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CHATER, Andrew. Explaining Non-Arctic States in the Arctic Council. *Strategic Analysis*, Nova Délhi, v. 40, n. 3, p. 173-184, set. 2016. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09700161.2016.1165467?journalCode=rsan20>.
Acesso em: 30 jul. 2022.

CHINA. China's Arctic Policy. Pequim, 2018. Disponível em:
http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2018/01/26/content_281476026660336.htm.
Acesso em: 30 mar. 2022.

CHINA. Vision for Maritime Cooperation under the Belt and Road Initiative. Pequim, 2017.
Disponível em:
http://english.www.gov.cn/archive/publications/2017/06/20/content_281475691873460.htm.
Acesso em: 30 mar. 2022.

COMISSÃO EUROPEIA. 2021 Joint Communication: A Stronger EU Engagement for a
Peaceful, Sustainable and Prosperous Arctic. Bruxelas, 2021. Disponível em:
https://ec.europa.eu/oceans-and-fisheries/ocean/sea-basins/arctic-ocean_en. Acesso em: 31
mar. 2022.

CONSELHO ÁRTICO. Arctic Council Observers. Disponível em:
<https://www.arctic-council.org/about/observers/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CONSELHO ÁRTICO. Declaration on the Establishment of the Arctic Council: Joint
Communique of the Governments of the Arctic Countries on the Establishment of the Arctic
Council. Ottawa, 1996. Disponível em:
https://oaarchive.arctic-council.org/bitstream/handle/11374/85/EDOCS-1752-v2-ACMMCA00_Ottawa_1996_Founding_Declaration.PDF?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 04 set.
2022.

CONSELHO ÁRTICO. Russia's Chairmanship Priorities for the Arctic Council 2021-2023.
Tromso, 2021. Disponível em:
<https://oaarchive.arctic-council.org/bitstream/handle/11374/2646/%D0%90%D1%80%D0%BA%D1%82%D0%B8%D0%BA%D0%B0%20%D0%BF%D1%80%D0%B8%D0%BE%D1>

%80%D0%B8%D1%82%D0%B5%D1%82%D1%8B_%D0%B0%D0%BD%D0%B3%D0%BB_21.06.2021.pdf?sequence=11&isAllowed=y. Acesso em: 21 ago. 2022.

CONSELHO ÁRTICO. Using Data to Improve Oil Spill Response in the Arctic. Tromso, 2020. Disponível em: <https://www.arctic-council.org/news/data-improve-oil-spill-response-in-arctic/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CONSELHO CIRCUMPOLAR INUIT. Annual Report 2020-2021. Anchorage, 2021. Disponível em: https://secureservercdn.net/45.40.145.201/hh3.0e7.myftpupload.com/wp-content/uploads/ICC-2020-2021-Annual-Report_E_WEB.pdf. Acesso em: 17 abr. 2022.

CONSELHO SÁMI. The Sámi Arctic Strategy, 2019. Karasjok, 2019. Disponível em: <https://www.saamicouncil.net/documentarchive/the-smi-arctic-strategy-samisk-strategi-for-artiske-saker-smi-rktala-igumuat>. Acesso em: 18 abr. 2022.

COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: Edusp, 1992.

DAHL, Ann-Sofie. Back to the Future: Nordefco's First Decade and Prospects for the Next. 2021. Scandinavian Journal of Military Studies. Disponível em: <https://www.sjms.nu/article/10.31374/sjms.85/>. Acesso em: 07 ago. 2022.

DAVENPORT, Coral. Obama Bans Drilling in Parts of the Atlantic and the Arctic. 2016. The New York Times. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/12/20/us/obama-drilling-ban-arctic-atlantic.html>. Acesso em: 07 ago. 2022.

DEVYATKIN, Pavel. How Is Climate Change Shaping Russia's Arctic Policy and Activities? In: FERRARI, Aldo; AMBROSETTI, Eleonora Tafuro. Environment in Times of War: climate and energy challenges in the post-soviet region. Milão: Institute For International Political Studies, 2022. p. 77-99. Disponível em:

https://www.thearcticinstitute.org/wp-content/uploads/2022/07/Devyatkin_Climate-change-Russia-Arctic.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

DINAMARCA. Kingdom of Denmark Strategy for the Arctic 2011-2020. Copenhagen, 2011. Disponível em: <https://um.dk/en/foreign-policy/the-arctic>. Acesso em: 27 mar. 2022.

DODDS, Klaus; INGIMUNDARSON, Valur. Territorial Nationalism and Arctic Geopolitics: Iceland as an arctic coastal state. *The Polar Journal*. Londres, p. 21-37. jun. 2012. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/238595640_Territorial_nationalism_and_Arctic_geopolitics_Iceland_as_an_Arctic_coastal_state. Acesso em: 07 ago. 2022.

DOLATA, Petra. A New Canada in the Arctic?: Arctic Policies under Harper. *Canadian Studies*. Montreal, p. 131-154. dez. 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eccs/521>. Acesso em: 27 jul. 2022.

EBINGER, Charles K.; ZAMBETAKIS, Evie. The Geopolitics of Arctic Melt. *International Affairs*, Londres, v. 85, n. 6, p. 1215-1232, nov. 2009. Disponível em: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/11_arctic_melt_ebinger_zambetakis.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

EDU ARCTIC, (comp.). Animals & Plants. *Polarpedia*. Disponível em: <https://polarpedia.eu/en/category/all-articles/animals-plants/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

EDU ARCTIC, (comp.). Ice & Snow. *Polarpedia*. Disponível em: <https://polarpedia.eu/en/category/all-articles/ice-snow/>. Acesso em: 16 jul. 2022.

ERITJA, Mar Campins. Strengthening the European Union: Greenland's Relationship for Enhanced Governance of the Arctic. In: LIU, Nengye; KIRK, Elizabeth A.; HENRIKSEN, Tore. *The European Union and the Arctic*. Leiden: Brill, 2017. p. 65-96. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctt1w8h3gv>. Acesso em: 28 ago. 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. National Strategy for the Arctic Region. Washington, 2013. Disponível em: https://obamawhitehouse.archives.gov/sites/default/files/docs/nat_arctic_strategy.pdf. Acesso em: 06 ago. 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. National Security Decision Memorandum 144. Washington, 1971. Disponível em: https://www.nixonlibrary.gov/sites/default/files/virtuallibrary/documents/nsdm/nsdm_144.pdf. Acesso em: 06 ago. 2022.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. National Security Presidential Directive 66/Homeland Security Presidential Directive 25. Washington, 2009. Disponível em: <https://irp.fas.org/offdocs/nspd/nspd-66.htm>. Acesso em: 06 ago. 2022.

FINLÂNDIA. Finland's Strategy for Arctic Policy. Helsinque, 2021. Disponível em: https://www.europeanpolarboard.org/fileadmin/user_upload/Finland_Arctic_Strategy_2021.pdf. Acesso em: 27 mar. 2022.

FURUICHI, Masahiko; OTSUKA, Natsuhiko. Cost Analysis of the Northern Sea Route (NSR) and the Conventional Route Shipping. Tóquio: International Association Of Ports And Harbors, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/246545438_Cost_Analysis_of_the_Northern_Sea_Route_NSR_and_the_Conventional_Route_Shipping. Acesso em: 23 jul. 2022.

GAUTIER, Donald L.; BIRD, Kenneth J.; MOORE, Thomas E.; VALIN, Zenon C.. Assessment of Undiscovered Oil and Gas in the Arctic. Science Magazine, Filadélfia, v. 324, n. 1, p. 1175-1179, 29 maio 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26249371_Assessment_of_Undiscovered_Oil_and_Gas_in_the_Arctic. Acesso em: 23 jul. 2022.

GIBBENS, Sarah. The Arctic Ocean, Explained. [S. l.]: National Geographic, 2019. Disponível em:

<https://www.nationalgeographic.com/environment/oceans/reference/arcticocean/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GIELOW, Igor. Otan faz Exercício com 30 Mil Militares em meio à Guerra na Ucrânia. 2022. Folha de São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2022/03/otan-faz-exercicio-com-30-mil-militares-em-meio-a-guerra-na-ucrania.shtml>. Acesso em: 07 ago. 2022.

GREAVES, Wilfrid. For Whom, From What?: Canada's Arctic Policy and The Narrowing of Human Security. *International Journal*. Thousand Oaks, p. 219-240. dez. 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23265975>. Acesso em: 27 jul. 2022.

GUARDA COSTEIRA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Arctic Strategic Outlook. Washington, 2019. Disponível em: <https://www.uscg.mil/arctic/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

HANSEN, Malik Peter Koch. The Socioeconomic Development of Greenland in the Pursuit of Economic and Political Independence. 2021. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Ilisimatusarfik - University Of Greenland, Nuuk, 2021. Disponível em: https://www.uni.gl/media/7205694/the-socioeconomic-development-of-greenland_111_final.pdf. Acesso em: 31 jul. 2022.

HARDING, Luke. US Senate Overwhelmingly Approves Nato Membership for Finland and Sweden. 2022. The Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/aug/03/nato-sweden-finland-us-russia-ukraine>. Acesso em: 07 ago. 2022.

HEININEN, Lassi; TRISCOTT, Nicola. Arctic Geopolitics & Autonomy. Berlim: Hatje Cantz, 2011. Disponível em: <http://arcticperspective.org/sites/arcticperspective.org/files/cahier/ArcticPerspectiveCahierNo2.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2022.

HEININEN, Lassi. Arctic Strategies and Policies: Inventory and Comparative Study. Rovaniemi: The Northern Research Forum & The University of Lapland, 2011. Disponível em: https://www.rha.is/static/files/NRF/Publications/arctic_strategies_7th_draft_new_20120428.pdf. Acesso em: 18 mar. 2022.

HEININEN, Lassi; SERGUNIN, Alexander; YAROVOY, Gleb. Russian Strategies in the Arctic: Avoiding a New Cold War. Moscou: Valdai Discussion Club, 2014. Disponível em: https://www.uarctic.org/media/857300/arctic_eng.pdf. Acesso em: 29 mar. 2022.

INGIMUNDARSON, Valur. Managing a Contested Region: The Arctic Council and The Politics of Arctic Governance. The Polar Journal. Abingdon, p. 183-198. out. 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/2154896X.2014.913918>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ISLÂNDIA. Iceland's Policy on Matters Concerning the Arctic Region: Parliamentary Resolution 25/151. Reykjavik, 2021. Disponível em: https://www.government.is/library/01-Ministries/Ministry-for-Foreign-Affairs/PDF-skjol/Arctic%20Policy_WEB.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

JAKLIN, Gunn Sissel. The Headquarters. The Arctic System. Disponível em: <https://pbsg.npolar.no/www.arcticsystem.no/en/arctic-inc/headquarters.html>. Acesso em: 16 jul. 2022.

JENSEN, Øystein. The Svalbard Treaty and Norwegian Sovereignty. Arctic Review On Law And Politics. Tromso, p. 82-107. dez. 2020. Disponível em: <https://arcticreview.no/index.php/arctic/article/view/2348/4673>. Acesso em: 21 ago. 2022.

KÄHKÖNEN, Juh; NYSTÉN-HAARALA, Soili. Finnish Plans for an Arctic Railway: Geopolitics are Intervening. 2022. Modern Diplomacy. Disponível em: <https://moderndiplomacy.eu/2022/06/24/finnish-plans-for-an-arctic-railway-geopolitics-are-intervening/>. Acesso em: 07 ago. 2022.

KARNAL, Leandro; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. História dos Estados Unidos: Das Origens ao Século XXI. São Paulo: Contexto, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4170356/mod_folder/content/0/HIST%C3%93RIA%20DOS%20ESTADOS%20UNIDOS.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 07 ago. 2022.

KATTSOV, Vladimir M.; KÄLLÉN, Erland. Future Climate Change: Modeling and Scenarios for the Arctic. In: Arctic Climate Impact Assessment. Londres: Cambridge University Press, 2005. p. 99-150. Disponível em: <https://www.amap.no/documents/download/1105/inline>. Acesso em: 23 jul. 2022.

KLUGE, Janis; PAUL, Michael. Russia's Arctic Strategy through 2035: Grand Plans and Pragmatic Constraints. Grand Plans and Pragmatic Constraints. 2020. German Institute for International and Security Affairs. Disponível em: https://www.swp-berlin.org/publications/products/comments/2020C57_RussiaArcticStrategy.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

KOSTIN, Alex. A Case Study of Russia's Arctic Posture. 2022. Lawfare Institute. Disponível em: <https://www.lawfareblog.com/case-study-russias-arctic-posture>. Acesso em: 21 ago. 2022.

KUERSTEN, Andreas. The Arctic Race that Wasn't. Foreign Affairs, Washington, ago. 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/reviews/review-essay/2015-08-20/arctic-race-wasnt>. Acesso em: 29 mar. 2022.

LAJEUNESSE, Adam. The Northwest Passage in Canadian Policy: An Approach for the 21st Century. International Journal. Thousand Oaks, p. 1037-1052. set. 2008. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40204436>. Acesso em: 27 jul. 2022.

LANTEIGNE, Marc. "Small is Beautiful": Iceland 's Economic Diplomacy with China. In: SVERDRUP-THYGESON, Bjornar. Dragon in the North: The Nordic Countries' Relations

with China. 7. ed. Oslo: Norwegian Institute Of International Affairs, 2016. Cap. 4. p. 34-44. Disponível em: <https://nupi.brage.unit.no/nupi-xmlui/bitstream/handle/11250/2423957/NUPI%20Report-7-Sverdrup-Thygeson%20%28002%29.pdf?sequence=8&isAllowed=y>. Acesso em: 07 ago. 2022.

LARSEN, Joan Nymand; FONDAHL, Gail. Arctic Human Development Report: Regional Processes and Global Linkages. Copenhagen: Norden, 2014. Disponível em: <http://norden.diva-portal.org/smash/get/diva2:788965/FULLTEXT03.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2022.

LIU, Nengye. China and One Hundred Years of The Svalbard Treaty: Past, Present and Future. *Marine Policy*, Amsterdã, v. 124, n. 1, p. 134-149, fev. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308597X20310046>. Acesso em: 30 jul. 2022.

LOMBRANA, Laura Millan. First Arctic Navigation in February Sends a Worrying Climate Signal. 2021. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-02-22/first-arctic-navigation-in-february-sends-a-worrying-climate-signal#xj4y7vzkg>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MACNEILL, Christopher Mark. A Trip to Lomonosov Ridge: The Arctic, UNCLOS, and “Off the Shelf” Sovereignty Claims. *Journal of Environmental Law & Litigation*. Eugene, p. 227-260. dez. 2020. Disponível em: https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/bitstream/handle/1794/25375/JELL35_Macneill.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 31 jul. 2022.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History: 1660-1783*. Boston: Little, Brown and Company, 1890. Disponível em: <https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

MERICA, Dan; LANDERS, Elizabeth. Trump Signs Order Looking to Reverse Obama's Ban on Off-Shore Drilling. 2017. CNN. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2017/04/28/politics/trump-obama-off-shore-drilling/index.html>. Acesso em: 07 ago. 2022.

MICHAELIS. Dicionário Online Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/moderado/> Acesso em: 06 jul. 2022.

MORAIS, José Mauro de. Petróleo em Águas Profundas: Uma História Tecnológica da PETROBRAS na Exploração e Produção Offshore. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2013. Disponível em: https://www.dbd.puc-rio.br/ipea/livro_petrobras_aguas_profundas.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.

MUSGRAVE, Paul. American Imperialists Have Always Dreamed of Greenland. 2019. Foreign Policy. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2019/08/16/american-imperialists-have-always-dreamed-of-greenland/>. Acesso em: 31 jul. 2022.

MYERS, Paul. Arctic Environments. In: MYERS, Paul. Introduction to the Arctic: Climate. Edmonton: University Of Alberta - Faculty Of Science, 2015. p. 2-21. Disponível em: <https://www.coursera.org/learn/arctic-introduction-climate>. Acesso em 30 abr. 2022.

NASA EARTH OBSERVATORY. Northwest Passage Open. 2007. Disponível em: <https://earthobservatory.nasa.gov/images/18964/northwest-passage-open>. Acesso em: 23 jul. 2022.

NORUEGA. The Norwegian Government's Arctic Policy: People, Opportunities and Norwegian Interests in the Arctic. Oslo, 2020. Disponível em: https://www.regjeringen.no/globalassets/departementene/ud/vedlegg/nord/arctic_strategy.pdf. Acesso em: 28 mar. 2022.

NORUEGA. The Sámi Act: Act of 12 June 1987 No. 56 concerning the Sameting (The Sami Parliament) and other Sami legal matters. Oslo, 2007. Disponível em: <https://www.regjeringen.no/en/dokumenter/the-sami-act-/id449701/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

OFFERDAL, Kristine. The EU in the Arctic: In Pursuit of Legitimacy and Influence. *International Journal*. Thousand Oaks, p. 861-877. set. 2011. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23104398>. Acesso em: 27 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 24 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL. International Code for Ships Operating in Polar Waters (Polar Code) - 21/11/2014. Londres, Disponível em: <https://www.icttra.is/media/english/POLAR-CODE-TEXT-AS-ADOPTED.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

ØSTHAGEN, Andreas. Norway's Arctic Policy: Still High North, Low Tension? *The Polar Journal*. Londres, p. 75-94. nov. 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/2154896X.2021.1911043>. Acesso em: 21 ago. 2022.

PEDERSEN, Torbjørn. Denmark's Policies Toward the Svalbard Area. *Ocean Development And International Law*, Vancouver, v. 40, n. 4, p. 319-332, nov. 2009. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00908320903076904>. Acesso em: 21 ago. 2022.

PETTERSEN, Trude. U.S. Military Returns to Iceland. 2016. *The Barents Observer*. Disponível em: <https://thebarentsobserver.com/ru/node/437>. Acesso em: 07 ago. 2022.

RODRÍGUEZ, Nuria García. A Problemática do Ártico na Atualidade: Uma Visão Estratégica. Lisboa: Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/31477/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Nuria%20Rodr%C3%ADguez.pdf. Acesso em: 02 mar. 2022.

ROLLAND, Nadège. A Concise Guide to the Belt and Road Initiative. 2019. The National Bureau of Asian Research. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/a-guide-to-the-belt-and-road-initiative/>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ROSA, Carlos Eduardo Valle. Geopolítica: Uma Apreciação Histórica. In: FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine; ARAÚJO, Gilvan C. C. de; SUZUKI, Júlio César. Geopolítica: Poder e Território. São Paulo: FFLCH/USP - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2021. p. 53-71. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/610/542/2055-1?inline=1>. Acesso em: 23 jul. 2022.

RÚSSIA. Russian Federation Policy for the Arctic to 2020. Rossiyskaya Gazeta, Moscou, mar. 2009. Disponível em: <http://www.arctis-search.com/Russian+Federation+Policy+for+the+Arctic+to+2020>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SANTOS, Leo Evandro Figueiredo dos; SOUZA JÚNIOR, Enoil de; SIMÕES, Jefferson Cardia; FILIPPI, Eduardo Ernesto. O Brasil e o Ártico. Finisterra: Revista Portuguesa de Geografia, Lisboa, v. 107, n. 8, p. 125-139, jan. 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324100822_O_Brasil_e_o_Artico/fulltext/5abdb7fa6fdccda6582de5/O-Brasil-e-o-Artico.pdf. Acesso em: 04 set. 2022.

SAVITZ, Scott. Mind the Gap. 2021. RAND Corporation. Disponível em: <https://www.rand.org/blog/2021/07/mind-the-gap.html>. Acesso em: 21 ago. 2022.

SILVA, P. A. M. . A Rota da Seda Polar e a Rota Marítima Norte. Seminário Pesquisar China Contemporânea, [S. l.], n. 3, 2020. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/chinabrasil/article/view/3156>. Acesso em: 28 jul. 2022.

STEPIEN, Adam; KOIVUROVA, Timo. Formulating a Cross-Cutting Policy: Challenges and Opportunities for Effective EU Arctic Policy-Making. In: LIU, Nengye; KIRK, Elizabeth A.; HENRIKSEN, Tore. The European Union and the Arctic. Leiden: Brill, 2017. p. 11-39. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1163/j.ctt1w8h3gv>. Acesso em: 28 ago. 2022.

SUÉCIA. Sweden's Strategy for the Arctic Region. Estocolmo, 2020. Disponível em: <https://www.government.se/information-material/2020/11/swedens-strategy-for-the-arctic-region-2020/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SYDNES, Are Kristoffer; SYDNES, Maria. Norwegian-Russian Cooperation on Oil-Spill Response in the Barents Sea. Tromsø: University of Tromsø, 2012. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0308597X12002424>. Acesso em: 24 jul. 2022.

TOMMERBAKKE, Siri Gulliksen. This is Why Finland and Iceland Want Security Politics in the Arctic Council. 2019. High North News. Disponível em: <https://www.highnorthnews.com/en/why-finland-and-iceland-want-security-politics-arctic-council>. Acesso em: 07 ago. 2022.

TOSTA, Octavio. Teorias Geopolíticas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

TWA, Alice. Iceland to Pass Chair of Arctic Council to Russia. 2021. CBC News. Disponível em: <https://www.cbc.ca/news/canada/north/arctic-council-iceland-1.6029980>. Acesso em: 07 ago. 2022.

VIKULOVA, Olesya. A Year After the Norilsk Disaster, Where Are Russia's Oil Risks and What Needs to Be Done? 2021. Greenpeace. Disponível em:

<https://www.greenpeace.org/international/story/47973/norilsk-oil-spill-disaster-russia-accident-risk-map/>. Acesso em: 24 jul. 2022.

WILLIAMS, Lisa. Canada, the Arctic, and Post-National Identity in the Circumpolar World. *The Northern Review, Yukon*, v. 33, n. 2, p. 113-131, maio 2011. Disponível em: <https://thenorthernreview.ca/index.php/nr/article/view/186/200>. Acesso em: 27 jul. 2022.

WOON, Chih Yuan. Framing the "Polar Silk Road": Critical Geopolitics, Chinese Scholars and The (Re)Positionings of China's Arctic Interests. *Political Geography, Amsterdã*, v. 78, n. 1, p. 102-141, abr. 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0962629819303464>. Acesso em: 30 jul. 2022.

YEE, Vivian; GLANZ, James. How One of the World's Biggest Ships Jammed the Suez Canal. 2021. *The New York Times*. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/07/17/world/middleeast/suez-canal-stuck-ship-ever-given.html>. Acesso em: 23 jul. 2022.

YERMAKOV, Vitaly; YERMAKOVA, Anastasia. *The Northern Sea Route: A State Priority in Russia's Strategy of Delivering Arctic Hydrocarbons to Global Markets*. Londres: The Oxford Institute For Energy Studies, 2021. Disponível em: <https://a9w7k6q9.stackpathcdn.com/wpcms/wp-content/uploads/2021/11/Insight-105-The-Northern-Sea-Route.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

YONEVA, Katina. Sweden's Strategy for the Arctic Region: Geopolitics on Thin Ice. *KSI Transactions on Knowledge Society, Sofia*, v. 10, n. 1, p. 42-45, mar. 2017. Disponível em: <http://www.tksi.org/JOURNAL-KSI/PAPER-PDF-2017/2017-1-08.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2022.

YOUNG, Oran. Arctic Politics in an Era of Global Change. *Brown Journal Of World Affairs*. Providence, p. 165-178. set. 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24590936>. Acesso em: 31 jul. 2022.